

MECENATO POMBALINO
E
POESIA NEOCLÁSSICA

BASÍLIO DA GAMA E A
POÉTICA DO ENCÔMIO

IVAN TEIXEIRA

SBD-FFLCH-USP



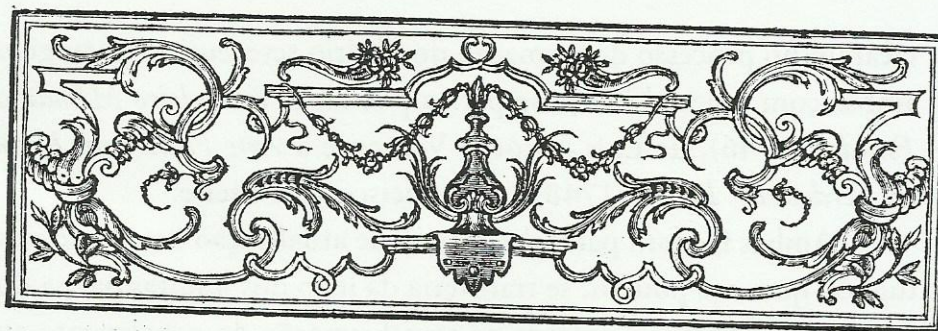
185167

 FAPESP

 edusp

GOVERNO ILUSTRADO
E
PRÁTICA POMBALINA

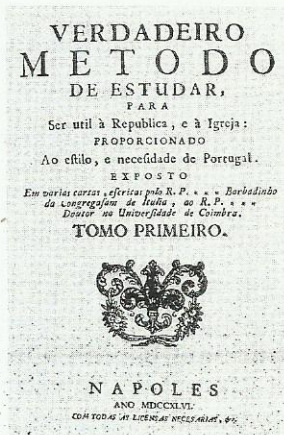
Aspectos da Ilustração em Portugal, 23
O Empenho da Imaginação, 47
O Empenho da Inteligência, 60



ASPECTOS DA ILUSTRAÇÃO EM PORTUGAL

No âmbito da cultura portuguesa, a instalação das Luzes antecedeu as mudanças políticas que se observariam com a ascensão de Pombal, a partir de 1750. Já no reinado de D. João V, vinha-se promovendo a renovação do pensamento em Portugal, manifesta no surgimento de academias, laboratórios, traduções e edições importantes. Nas ciências, tal renovação corresponde à adoção do método cartesiano e da física de Newton; em filosofia, equivale à superação da Neo-Escolástica em favor do Experimentalismo inglês; nas letras, manifesta-se na assimilação da poética de Boileau e na censura generalizada à poesia seiscentista, sobretudo em sua vertente gongórica¹. Pouco antes da morte de D. João V, duas obras se des-

1. Alguns dos indícios dessa mudança podem ser surpreendidos nos trabalhos de divulgação científica do engenheiro-mor de D. João V, Manuel de Azevedo Fortes, que estagiara longamente em faculdades estrangeiras. Importa também conhecer a permanência de dois médicos portugueses em grandes centros europeus: Jacob de Castro Sarmiento, que programou traduzir a obra de Francis Bacon, e Antônio Nunes



1. Primeira edição do.
Verdadeiro Método de Estudar,
1746.



2. Insignia da Ordem do
Oratório.

tacaram no processo de formação do ideário setecentista português, ambas com especial interesse para a poesia: o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís Antônio Verney, e a *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poesia* (1748), de Francisco José Freire.

Ambas fizeram parte do projeto de atualização do ensino português, que, aos poucos, se transferia da mão dos jesuítas para a dos oratorianos. Mais interessada na transformação do pensamento europeu, a Congregação do Oratório vinha, desde o início do século XVIII, disputando o domínio da escola portuguesa com os jesuítas, cujo prestígio passou, então, a declinar vertiginosamente². Nove anos depois de sua ascensão ao ministério de D. José I, Pombal acabou por banir os jesuítas do país, sob pretexto de que contrariavam o progresso geral do Estado e a clareza das idéias no ensino. Em rigor, tratava-se de recompor a unidade absoluta do poder estatal. Em seguida, tomou aquelas obras como suporte para a implantação do Iluminismo em Portugal (Carvalho: 1978, 59-90; Andrade: 1980, 55-88). Dado o interesse em conciliar certas conquistas do pensamento europeu com algumas constantes da condição peninsular, esse Iluminismo se provaria paradoxal, é verdade, mas nem por isso deixou de contribuir para uma relativa atualização da cultura portu-

Ribeiro Sanches, autores de livros já integrados ao espírito setecentista e que serão abordados pelo presente ensaio. No âmbito das humanidades, convém citar D. Francisco Xavier de Meneses, Conde da Ericeira, que, além de traduzir a *Arte Poética* de Boileau, estimulou a produção e a divulgação de uma cultura renovada em Portugal, a partir de encontros em sua biblioteca, com cerca de 15 mil volumes. Dentre os frequentadores da biblioteca do Conde da Ericeira, contava-se o Pe. Rafael Bluteau, cujo *Vocabulário Latino e Português*, editado entre 1712 e 1722, revela uma amplitude enciclopédica própria da segunda metade do século XVIII. Destaquem-se, por fim, as páginas de doutrina antigongórica de Frei Luca de Santa Catarina e de José Xavier Valadares e Sousa (Andrade: 1966, 119-165; Cidade: 1975, 29-94; Monteiro: 1962, 190, 233).

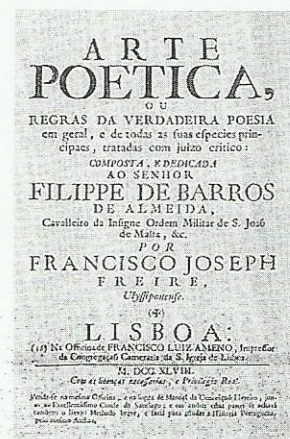
2. Fundada em Roma por S. Filipe Néri em 1565, a Congregação do Oratório instalou-se em Portugal em 1668, por força do trabalho do Pe. Bartolomeu de Quental (Domingues: 1994, 15).

guesa, até então profundamente marcada por traços medievais da Escolástica (Maxwell: 1995, 99-100).

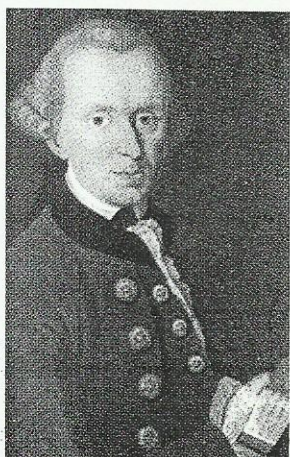
Embora tenha raízes no reinado de D. João V, a Ilustração portuguesa confunde-se com o governo pombalino, marcado pelo despotismo esclarecido. Em certo sentido, há um paradoxo na expressão *despotismo esclarecido*, pois, teoricamente, as Luzes pressupunham uma origem filosófica, racional, crítica e contestatória³. Todavia, não existiu apenas uma Ilustração, mas diversos matizes de um impulso comum rumo à superação do estado de coisas do século XVII. Talvez se pudesse identificar esse impulso, que produz uma tênue unidade entre os diversos movimentos ilustrados da Europa, com a idéia de progresso, de eficiência da estrutura administrativa, de observação científica da natureza e de valorização do saber aplicado à busca da felicidade terrena e do bem-estar social. Essas são, enfim, algumas das noções que se consolidaram como próprias de um possível conceito de Ilustração, entendida sempre como um discurso *a posteriori*, formulado nos últimos dois séculos. Evidentemente, o discurso que se formou sobre a Ilustração será sempre um metadiscurso, porque ela própria, diferentemente de qualquer evento concreto, não teve existência senão como um conjunto de falas: a filosofia, a ciência, a política, a economia, as artes. Em outros termos, a Ilustração existe apenas como um modo supostamente específico de pensar e agir: como um possível conjunto de atitudes, e não como uma seqüência de fatos, uma guerra, um terremoto ou o surgimento de uma nação (Hampson: 1990, 9).

Se nos países católicos como Portugal, a razão fundamentava a limitação das liberdades individuais em política, ciência, arte e religião, estimulando a ampliação irrestrita do poder real, nos Estados protestantes como a Prússia, a mesma razão recomendava a li-

3. Para um argumento específico sobre a natureza paradoxal da Ilustração ibérica, consultar o tópico "Verdade", do quarto capítulo do presente ensaio.



3. Primeira edição da *Arte Poética* de Francisco José Freire, 1748.



4. Immanuel Kant, por J. W. Beker.

vre expressão do pensamento científico e artístico, sugerindo, em particular, o exame e a crítica dos estatutos da Igreja, que jamais deveriam aspirar à eternidade, conforme a célebre formulação de Kant, de 1784, no ensaio “Uma Resposta à Pergunta: O que é Iluminismo?”⁴. Todavia, no mesmo ensaio, Kant, em defesa da monarquia ilustrada de Frederico, o Grande, considera o excesso de liberdade política como obstáculo à liberdade intelectual, garantindo que um grau menor de liberdade política favorece a plena manifestação da liberdade intelectual (Kant: 1996, 57). Os governos republicanos da época iluminista buscaram propiciar a máxima liberdade política aos cidadãos, sendo que nos Estados Unidos as liberdades civis restringiram-se aos homens brancos, pois, como se sabe, ali o governo republicano coexistiu com o escravismo e com o respeito pela religião. Na França, ao contrário, a República não pressupôs a divisão entre homens livres e escravos, assim como substituiu, através da força, a fé religiosa pelo culto da razão, transformando as igrejas tradicionais em templos de reuniões laicas (Kramnick: 1995, 168-173). Apesar disso, há motivos para não classificar o Iluminismo como a “era da razão”, pois ela tem sido tomada como o móvel da ação

4. A tese central do ensaio de Kant consiste no conceito de Iluminismo como conquista da maturidade por meio da razão, que deve se opor à preguiça e à covardia na escolha de caminhos próprios para o indivíduo. Para Kant, a maturidade consiste em assumir a responsabilidade da razão crítica em questões políticas e morais. A razão crítica manifesta-se quando o indivíduo consegue questionar suas mais caras e confortáveis convicções. Theodor Adorno e Max Horkheimer contrariam as idéias de Kant sobre o Iluminismo, a partir de uma perspectiva marxista, em *Dialética do Iluminismo*, do qual há um capítulo traduzido para o português por Zeljko Loparic em *Os Pensadores*, São Paulo, Abril, 1975, vol. XLVIII. Jürgen Habermas e Michel Foucault polemizaram especificamente acerca do ensaio de Kant. O presente autor tomou contato com o texto de Foucault em inglês, com o título de “What Is Enlightenment?”, em *The Foucault Reader*, volume organizado por Paul Rabinow, New York, Pantheon, 1984. O texto de Habermas acha-se resenhado no ensaio “What Is Maturity? Habermas and Foucault on ‘What Is Enlightenment?’”, de Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, em *Foucault: A Critical Reader*, edited by David Couzens Hoy, Oxford, Blackwell, 1996.

humana nos mais diversos períodos da história (Yolton: 1995, 1). Em rigor, o que define a razão como elemento típico do discurso setecentista talvez seja a maneira com que é invocada tanto para fundamentar convicções progressistas e renovadoras quanto para justificar a repressão contra a renovação e o progresso. Funcionou como uma espécie de legitimação das transformações e dos conservadorismos então ocorridos, como se tais transformações não se justificassem sem um aparato conceitual.

Ao definir a função da universidade em seu tempo, Francisco de Lemos, o reitor nomeado por Pombal para promover as reformas no ensino superior português no começo dos anos 70, afirma que a universidade não deve ser um corpo isolado (Lemos: 1980, 232-233). Ao contrário, deveria constituir-se no coração do Estado. Por meio de professores, ela deveria criar e promover a luz do saber, difundindo-a para todos os compartimentos da Monarquia, com a função de revitalizar a administração pública e promover a felicidade do homem. Quanto mais se analisasse essa idéia — prossegue o reitor —, mais se descobriria a estreita relação entre o Estado e a universidade, pois o florescimento da ciência na universidade decorreria do aperfeiçoamento da administração da vida pública. Depois dessa definição, Francisco de Lemos lamenta que semelhante concepção tivesse chegado tarde a Portugal. Mas, enfim, chegara e constituíra-se num dos mais perfeitos e completos exemplos da Europa de seus dias. Esse conceito de universidade deixa ver que o reitor pombalino acreditava na idéia de um organismo social coeso e em permanente evolução, cujo desenvolvimento deveria ser administrado por um poder centralizado e forte. Acreditava também que havia centros irradiadores dos estágios mais avançados dessa evolução, identificados genericamente pelo termo *Europa*, que, na prática, se traduzia por Inglaterra, França, Itália, Holanda e Áustria.

Nesses centros irradiadores de progresso, criou-se também um conceito profissional da administração pública, legitimado por for-

te aparato racionalista. O Estado se compara, então, a uma máquina, cujas rodas e engrenagens deveriam ajustar-se adequadamente umas às outras. Nesse desenho, o governante assume função de contramestre, de cuja alma deveria fluir toda a energia necessária ao bom funcionamento do mecanismo. O rei fica de fora, supervisionando as manobras do operador sobre a máquina. Outros setores da população, a que depois se daria o nome de sociedade civil, também não participam do governo, pois, em princípio, não possuem a necessária competência técnica para sua administração. O bem-estar coletivo e a felicidade geral do povo encarnam os fins inalienáveis para os quais se orientam os princípios universais da razão, fundamento central dessa idéia de governo, que tanto podia se realizar com constituição ou sem ela, pois a suposta eficiência administrativa superava as preocupações com a forma de governo (Falcon: 1993, 133). De fato, a metáfora da máquina sugere a centralização do poder e a maneira impessoal como ele se comunicava aos diversos setores do governo⁵.

A gestão do Marquês de Pombal encaixa-se perfeitamente nesse ideal administrativo, que pressupõe rapidez, dinamismo e prontidão. Com efeito, criou-se desde o início um discurso favorável de seus atos, o qual foi imediatamente transmitido pelo poderoso esquema de propaganda que o ministro montou e pôs em funcionamento durante todo o seu governo. A exaltação de sua dinâmica administrativa foi motivada inicialmente pelas medidas que tomou diante das dificuldades surgidas com o terremoto de Lisboa em novembro de 1755, seguido de um incêndio que durou seis dias. Sabe-se que o incidente foi cantado em prosa e verso por todo o mundo,

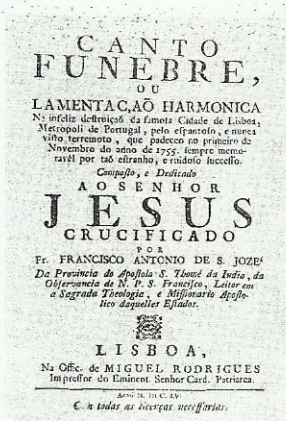
5. No Livro VI da *República*, a partir de 488a, Platão desenvolve a metáfora da cidade como um navio, cujo leme deve manter-se na mão de um piloto devidamente preparado para isso. Em nota à sua tradução portuguesa, Maria Helena da Rocha Pereira informa que a recorrente imagem do Estado como nau teve sua origem em Arquíloco (1980, 274).

pois a sempre
faz-se com
a poesia.

5. Gravura anônima de
Sebastião José de Carvalho
e Melo, meados do
século XVIII.



tendo inspirado autores como Voltaire, Rousseau, Thomas Gray, Dr. Johnson, Goethe e outros (França: 1987, 59). Talvez um dos primeiros textos poéticos acerca do terremoto seja o do Frei Francisco Antônio de S. José, publicado em Lisboa com o título de *Canto Fúnebre* (1756). Vejam-se, em pontuação atual, três estrofes do poema (1756, 4-5; ests. 10-12), que consta de cento e uma oitavas, para se ter idéia do surgimento dessa tópica na literatura setecentista portuguesa, a qual seria retomada mais tarde por Basílio da Gama e outros poetas do período⁶:



6. *Canto Fúnebre*, Frei Francisco Antônio de S. José, 1756.

Tremeu a Lusitânia toda junta
Com suas Vilas, Cidades e Lugares;
Com seus Templos e casas a milhares:
Por Lisboa, Cidade (que defunta
Parece e sepultada em seus pesares)
Pois vendo-se a ruína da cabeça
Logo o corpo se vê quanto padeça.

Tremeu e estremeceu toda a Lisboa
E o seu chão com tão trêmulos ruídos
Em meio quarto de hora horrendo soa,
Parecendo o insensível ter sentidos:
Começa-se a abalar a melhor Croa
Da arquitetura em mármore brunidos;
As Basílicas e os Palácios Régios,
Os Templos e os Conventos mais egrégios.

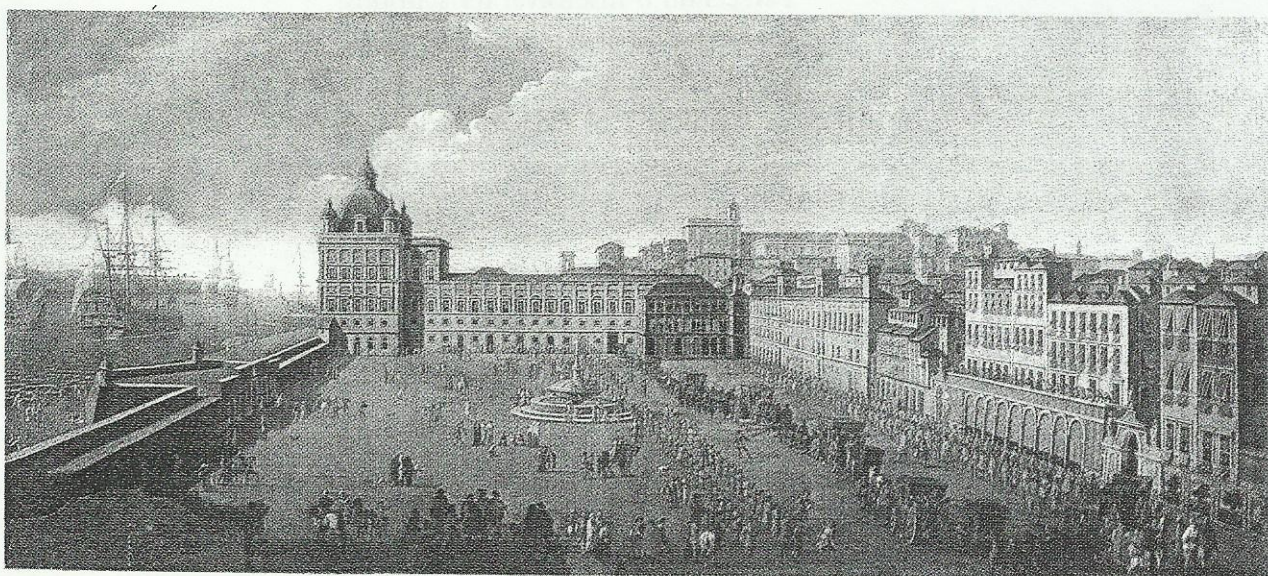
Os Torreões e os ínclitos zimbórios
Começam a arrancar-se das colunas,
E os mais bem fabricados promontórios
Também, ó terra adversa, tu repugnas:

6. O sexto capítulo do presente ensaio, "Aspectos do Pombalismo na Poesia Portuguesa", relaciona e discute a tópica do Marquês de Pombal travestida no emblema do progresso e do bom governo.

As casas de seus vastos territórios
Trabalhas a expelir como importunas;
E assim se arrasam dos imos fundamentos
Palácios, casas, Templos e Conventos.

Pombal não aparece nesse poema, que, sendo dedicado a Jesus Cristo, apresenta uma visão providencialista da catástrofe. Evidentemente, os efeitos da intervenção do ministro ainda não se faziam sentir em 1756. Achavam-se muito próximos da práxis para se converter em discurso. Mas, em breve, haviam de se constituir, se não em mito, ao menos em apêndice da tópica do terremoto, equivalente a uma frase intercalada no discurso da celebração pombalina. Basílio, em particular, associará mais de uma vez a tópica do terremoto à intervenção do ministro, tomando aquela como suporte desta. Com certeza, o retrato pombalino contido em *O Uruguay* é o mais bem acabado de todos. Faz parte da visão de Lindoya, proporcionada pela magia de Tanajura. A heroína recorrera à velha bruxa para se consolar da perda do amado Cacambo, assassinado pelo padre Balda, jesuíta em comando no povoado de São Miguel. Tentando estam-

7. Lisboa antes do terremoto de 1755.



par — em águas encantadas — a imagem de Cacambo, Tanajura acaba por reproduzir a figura de Pombal em meio à reconstrução de Lisboa. Pela lógica do poema, a intromissão do ministro na cena indígena justifica-se por ser Pombal aquele que libertaria os índios do domínio opressivo dos jesuítas. A inverossimilhança é aparente, pois a dinâmica do encômio alegórico permitia esse tipo de fantasmagoria, sendo mesmo um traço estilístico de inúmeras composições do período (1769, 60-61; III, 221-241):

Não de outra sorte, à tímida Lindoya
Aqueelas águas fielmente pintam
O rio, a praia, o vale e os montes, onde
Tinha sido Lisboa; e viu Lisboa
Entre despedaçados edifícios,
Com o solto cabelo descomposto,
Tropeçando em ruínas encostar-se.
Desamparada dos habitantes,
A Rainha do Tejo, e solitária,
No meio de sepulcros procurava
Com seus olhos socorro; e com seus olhos
Só descobria de um e de outro lado
Pendentes muros e inclinadas torres.
Vê mais o Luso Atlante, que forceja
Por sustentar o peso desmedido
Nos roxos ombros. Mas do Céu sereno,
Em branca nuvem, Próvida Donzela
Rapidamente desce e lhe apresenta,
De sua mão, Espírito Constante,
Gênio de Alcides, que de negros monstros
Despeja o Mundo e enxuga o pranto à pátria.

Como se vê, a presença do índio não passa de suporte para a celebração de Pombal, associada à desqualificação dos jesuítas. Todavia, a crítica brasileira transformou o índio no assunto central e

mais interessante de *O Uruguay*, quando não no “verdadeiro herói” do poema. Pela perspectiva do presente ensaio, o núcleo da significação de *O Uruguay* encontra-se no louvor ao Marquês de Pombal, que implica o ataque aos inicianos, e não na valorização do índio enquanto elemento típico da terra do autor. Sem desconsiderar o imenso valor artístico do poema, importa ao presente ensaio examiná-lo como parte do discurso ilustrado português, na medida em que glosa uma de suas principais constantes temáticas (pombalismo + antijesuitismo = domínio das Luzes), adotando uma das formas poéticas preferidas da Ilustração, o encômio alegórico, para cuja realização o poeta se valeu de alguns componentes do poema épico.

Além da historiografia oficial do período pombalino, escrita sob direta supervisão de Sebastião José de Carvalho, há um outro belo exemplo de glorificação histórica de sua figura. Trata-se das *Recordações* de Jacome Ratton, empresário importante da época pombalina, que, no futuro, se tornaria prestigioso pelo sabor de sua prosa pitoresca e documental. Conta Ratton que Sebastião José de Carvalho e Melo foi o único dos ministros de Estado que amparou o rei no momento imediato após o terremoto. Ante o desespero da catástrofe, alguns ministros fugiram da cidade; outros evitaram a presença do rei. Por causa disso, houve muitas punições. Refugiado em barracas na zona de Belém, o monarca indagou de Sebastião José o que deveria fazer naquela dificuldade. O ministro respondeu com sangue frio: *enterrar os mortos e cuidar nos vivos* (Ratton: 1813, 150). Na altura, Sebastião José era apenas Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Seis meses depois, em maio de 1756, foi alçado a Secretário de Estado dos Negócios do Reino, com plenos poderes. Todavia, seus títulos de nobreza viriam mais tarde, sempre por serviços prestados ao rei, e não por direito de família. Em 1759, seria Conde de Oeiras; em 1769, Marquês de Pombal, já aos 71 anos. Sebastião José iniciou-se tarde no jogo do alto poder, tendo gasto boa parte da juventude em questões judiciais por



8. Jacome Ratton.



9. Giuseppe Gorani.

causa da herança paterna (Azevedo: 1990, 10). Talvez, por isso mesmo, ele encarne de forma tão espetacular o ideal ilustrado de progresso e estudo, que tanto impressionou o imaginário popular durante sua vida e após sua morte. Além da passagem de Ratton, há registro semelhante num viajante italiano, Giuseppe Gorani. Suas memórias narram que, após o terremoto, D. José I implorou de joelhos a seu irmão, o infante D. Pedro, que tomasse a si a coroa, pesada demais a ele, em tão difícil situação. Prostrado pelo mesmo motivo, o infante suplicava ao rei que a mantivesse, porque não estaria melhor em si. Nisso, Pombal entra em cena e convence o rei a manter-se no posto, dispondo-se a apoiá-lo na enorme tarefa de organizar o caos deixado pelo terremoto (Gorani: 1989, 118-119). Daí em diante, a confiança do rei seria ilimitada no novo ministro.

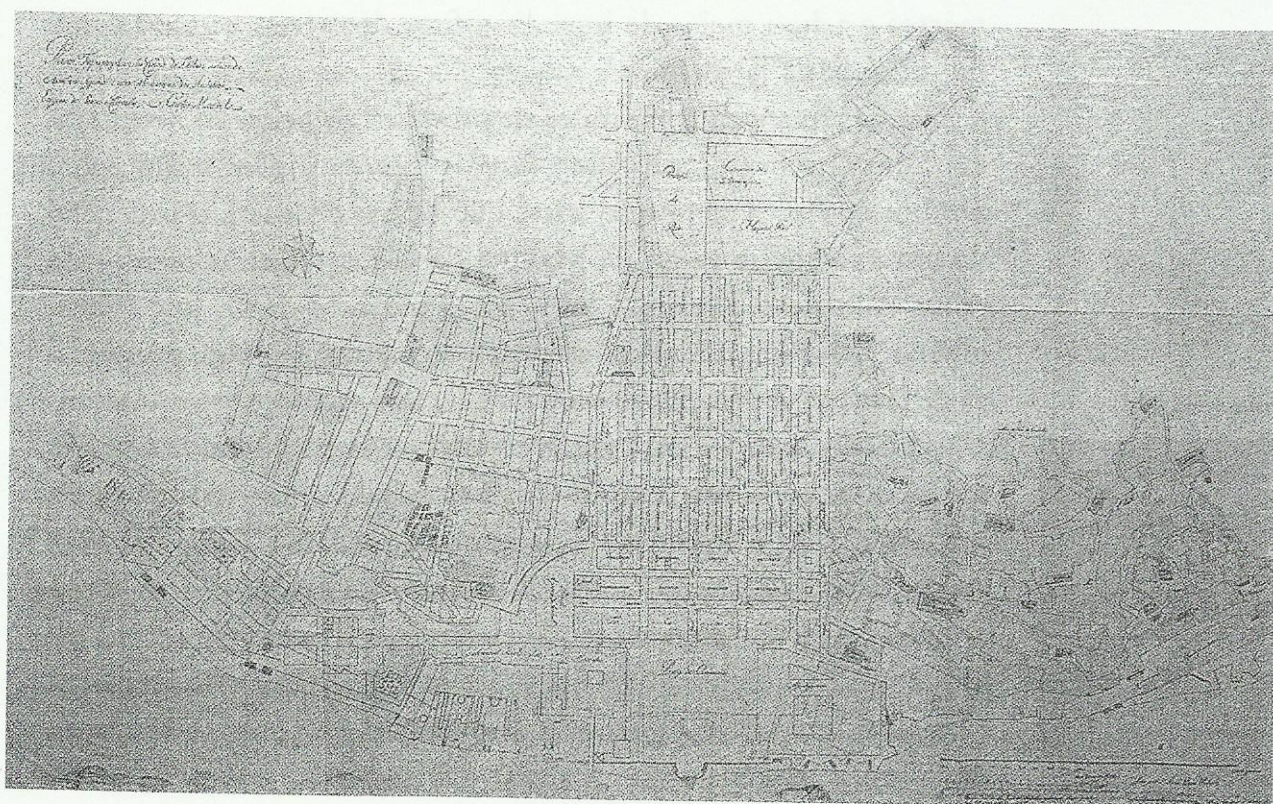
O discurso de glorificação afirma que Sebastião José assinou decretos no próprio dia do terremoto. Cuidou do sepultamento dos mortos e achou meios de impedir a fuga dos vivos, punindo com morte sumária latrocínios e saques. Da mesma forma, proibiu especulações financeiras em torno de produtos de primeira necessidade. Em curto prazo, arrecadou fundos internacionais, assim como proibiu qualquer edificação antes que ficasse pronta a planta geral da nova cidade, a cargo de Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino. Ainda em dezembro de 1755, o ministro de D. José I já tinha em mãos um completo relatório dos estragos e uma perspectiva de restauração da cidade. Em abril do ano seguinte, examinavam-se as plantas, cuja execução estaria praticamente concluída em apenas cinco anos. Como é sabido, a nova cidade se caracterizaria pela austeridade, pelo equilíbrio e pela funcionalidade. Traçam-se ruas geométricas e erguem-se edifícios severos, em que se evitam variações ou caprichos de fantasia. Augusto França reproduz alguns esboços dessa arquitetura, em que até o mais leigo dos olhares percebe o ritmo monótono de inúmeras repetições, todas orientadas pela disciplina e pelo utilitarismo (1987, 110-120).

10. Manuel da Maia.





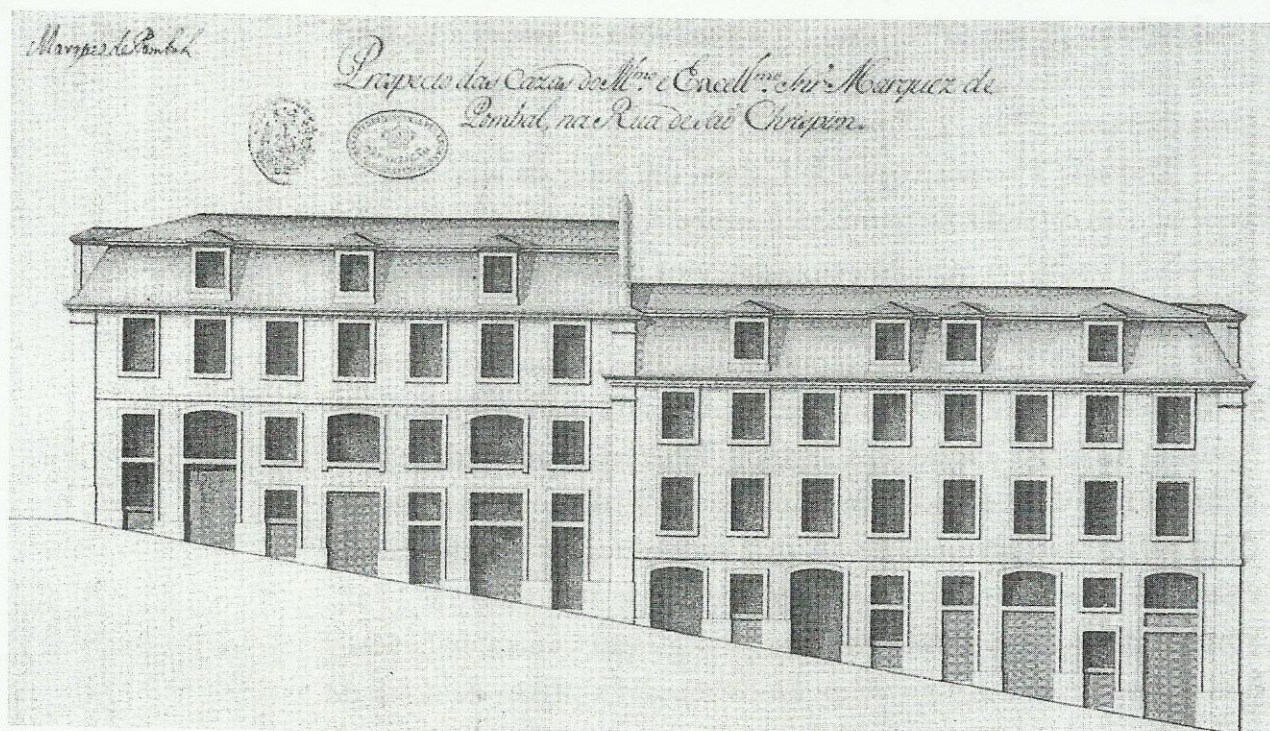
11. Alegoria alemã do terremoto de Lisboa.



12. Planta topográfica da reconstrução de Lisboa.

Apesar dos estragos do terremoto, muitas edificações subsistiram. Sebastião José ordenou que fossem derrubadas para que, com o terreno limpo, pudesse edificar livremente uma cidade próxima do que, hoje, se poderia chamar de sonhos iluminados da razão prática. Sua ação, nesse sentido, causou tanto estranhamento que os inimigos lançaram o boato de que o ministro fora mais devastador que o próprio terremoto. No antigo Paço da Ribeira, onde estivera o palácio real, construiu-se o conjunto das secretarias de Estado. Por ordem do ministro, o andar térreo dos edifícios deveria destinar-se a estabelecimentos comerciais (Saraiva: 1981, 91). Durante sua permanência como embaixador na Inglaterra, Carvalho ficou muito impressionado com a organização comercial dos ingleses. Da mesma forma, os anos passados em Viena lhe incutiram a convicção do absolutismo esclarecido. Ambas as orientações deixaram fundos traços na reconstrução de Lisboa, que frequentemente

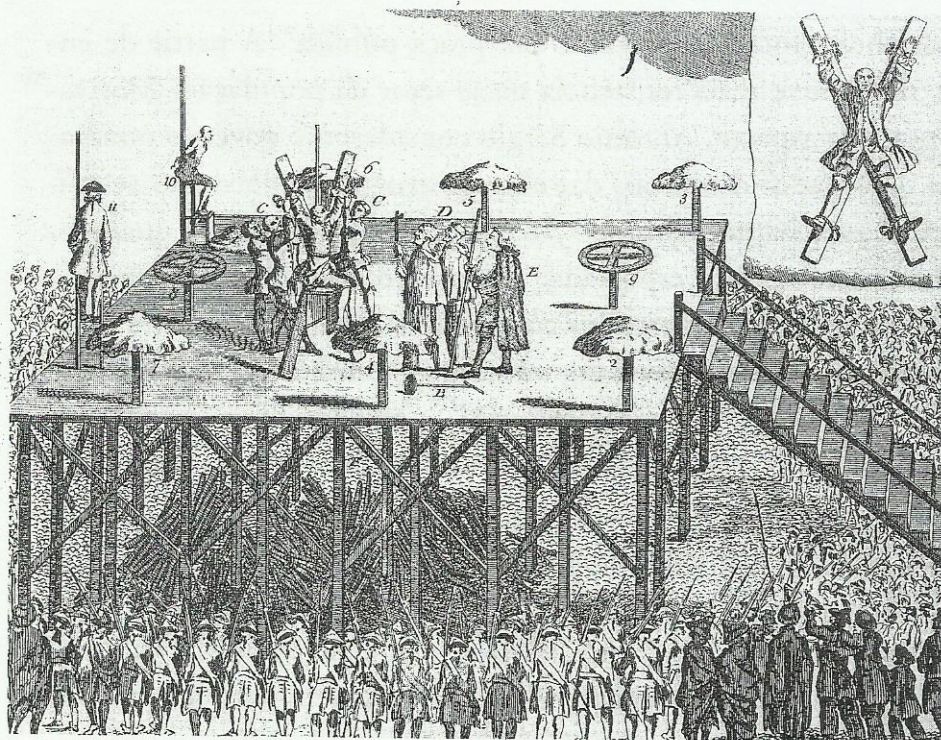
13. Fachada típica da nova Lisboa.



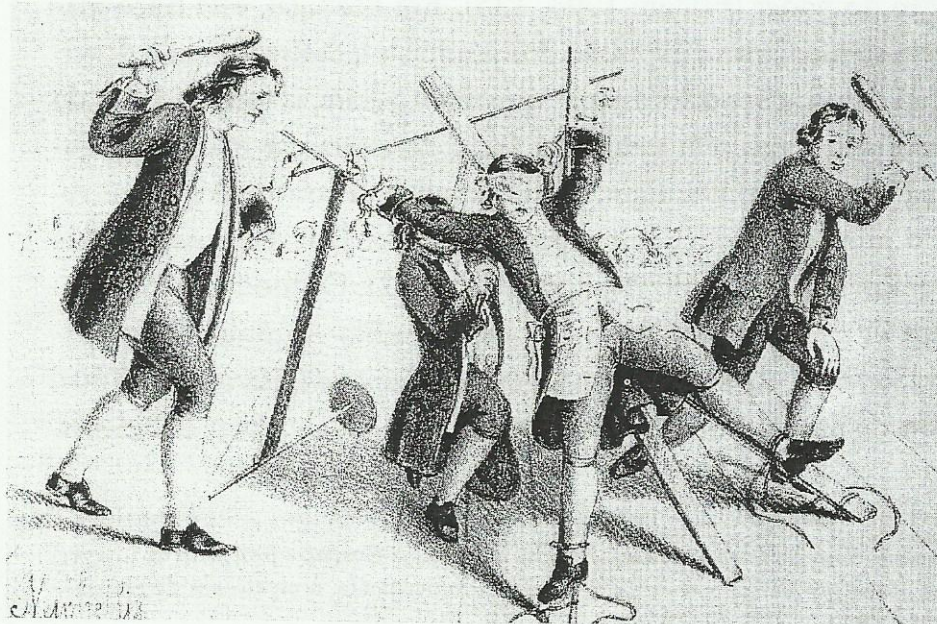
é tomada como símbolo das reformas de Pombal. À semelhança de outros portugueses que se exilaram no final do reinado de D. João V e, depois, contribuíram para a atualização do país, Pombal também era um estrangeirado. Não se pode esquecer isso. Evidentemente, um estrangeirado cuja vocação excedia o plano da teoria e da crítica, manifestando-se sobretudo no mando, que exerceu a qualquer preço. Na época, *estrangeirar-se* significava conhecer Portugal de fora e avaliar os efeitos do isolamento em comparação com a Europa culta (Sérgio: 1972, 123). Em certo sentido, a capacidade administrativa de Pombal encontra-se resumida na reconstrução de Lisboa, que ele tomou, não só como meta de empreendimentos, mas também como motivo de propaganda ao longo de todo seu governo. O projeto da nova cidade reflete com nitidez aquilo que, depois, se entenderia como o ideal ilustrado do bem-estar coletivo, capturado na imagem de uma suposta igualdade social, tornada viva na geometria urbana do espaço comunitário. De fato, uma das particularidades de seu urbanismo foi a proibição de traços arquitetônicos que denunciassem, nos edifícios, a condição social do proprietário (Saraiva: 1993, 257).

Durante a reconstrução de Lisboa, um setor da alta nobreza, associado ao capitalismo germânico estabelecido no país, pretendeu derrubar Pombal. A manobra envolveu uma grande operação financeira com vistas a auxiliar os trabalhos de recuperação da cidade. Pombal descobriu o plano a tempo e, em 1765, exilou o capitalista Martinho Velho de Oldemberg, juntamente com seu advogado Antônio da Costa Freire. Em seguida, esperou oportunidade para punir os membros da nobreza. A ocasião surgiria dois anos depois. Com efeito, sob pretexto de castigar os implicados no atentado à vida de D. José I, ocorrido na noite de 3 de setembro de 1758, Pombal desencadeou uma violenta perseguição contra as famílias que se opuseram a seu governo. Decorreu daí a prisão de cerca de mil pessoas, dentre as quais se destacaram os Aveiros e os Távoras,

14. Execução dos
conspiradores contra a vida
de D. José I.



15. Execução do filho do
Marquês de Távora.

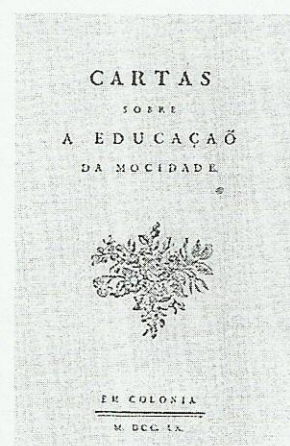


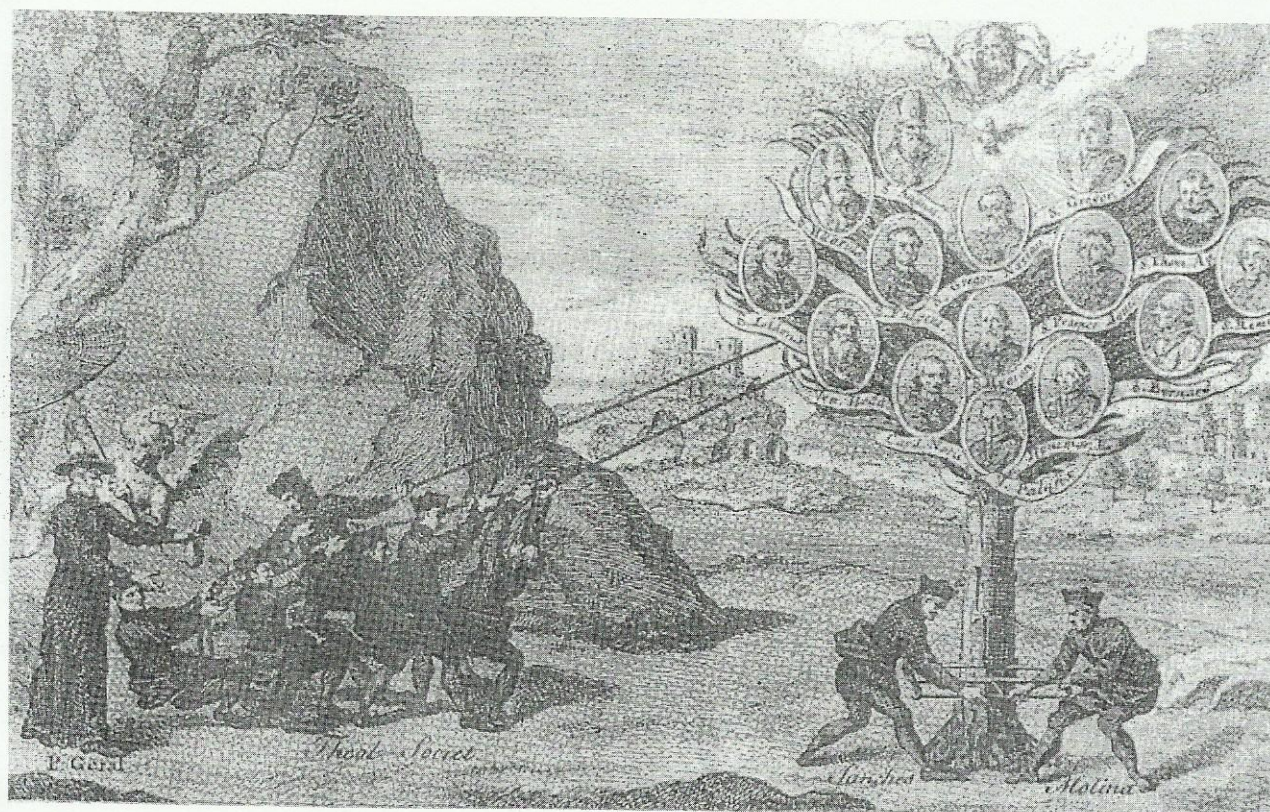
cujos chefes foram executados em praça pública⁷. A partir de então, não houve mais resistência nesse setor da população. Motivado por esse aspecto, Antônio Sérgio considerou o governo pombalino deturpador dos ideais das elites portuguesas, deixando-se guiar pelo que chama *mania da ferocidade* (1972, 123). De qualquer forma, com o terror espalhado, o ministro pôde levar adiante seu plano de criação das grandes companhias de comércio, que favoreceram parcelas da alta burguesia, mediante a concessão de monopólios. Segundo Oliveira Marques, as companhias da época pombalina demonstram maior consciência mercantilista, quando comparadas com as dos governos anteriores (1975, vol. I, 528). Além disso, puseram em desvantagem a alta burguesia estrangeira estabelecida no país, favorecendo o crescimento das grandes fortunas nacionais (1975, vol. I, 545-546). Em obediência a essa diretriz, criou-se uma escola para comerciantes: o comércio passou a ser considerado profissão nobre, e a burguesia atingiu benefícios antes reservados às elites de sangue (Saraiva: 1993, 267).

Outro traço fundamental do processo ilustrado foi a secularização do poder (Falcon: 1993, 135). Em Portugal, esse traço manifesta-se mediante a expulsão dos jesuítas e a conseqüente redistribuição das funções eclesiásticas, que mantiveram as formalidades do Catolicismo, mas sem nenhuma força decisória em matéria de interesse do Estado. Em rigor, a luta pombalina contra os jesuítas revela o propósito de reduzir o poder político da Igreja e submetê-la integralmente ao Estado (Saraiva: 1993, 262). Os fundamentos ilustrados dessa separação, formulou-os o erudito Antônio Nunes Ribeiro Sanches, em suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), depois de ter colaborado na *Encyclopédie* de D'Alembert e Diderot.

7. Camilo Castelo Branco, em seu *Perfil do Marquês de Pombal*, a propósito de uns versos históricos de Gonçalves Crespo, recria, ironicamente, o espetáculo da execução dos Távoras (1982, 29-60).

16. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, 1760.





17. O Trabalho Perdido,
1769.

Forte índice da soberania do Estado sobre a vida política e cultural do país encontra-se na pretensão de Pombal de sagrar bispos sem a confirmação do papa. Para isso, encomendou estudos a Antônio Pereira de Figueiredo, que escreveu a célebre *Demonstração Teológica*, editada em 1769⁸. Dentro do mesmo espírito, o Tribunal do Santo

8. Membro da Congregação do Oratório, Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797) foi colaborador convicto do Marquês de Pombal. Celebrizou-se em 1752 pela publicação do *Novo Método de Gramática Latina*, considerado uma revolução no ensino do latim em Portugal. Foi deputado da Real Mesa Censória desde sua fundação, em 1768. Deixou um simpático manual de retórica renovada, intitulado *Elementos da Invenção e Locução Retórica ou Princípios da Eloquência* (1769), do qual se falará no capítulo seguinte do presente livro. Cândido dos Santos, no ótimo ensaio “Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*”, escreve: “Mas o regalismo prático de Sebastião José de Carvalho e Melo tinha, porém, necessidade de fundamentação teórica. Precisava-se em Portugal, como, de resto, noutros reinos católicos, de uma redefinição das relações Igreja-Estado mais consentânea com os ideais do absolutismo

[illegible]

19. *Juízo da Verdadeira
Causa do Terremoto*, G.
Malagrida, 1756.

JUIZO
DA VERDADEIRA CAUSA
DO
TERREMOTO,
QUE PADECEO
A CORTE
DE LISBOA:
NO PRIMEIRO DE NOVEMBRO
de 1755.
PELO PADECE
GABRIEL MALAGRIDA
da Companhia de JESUS, Missionário
Apostólico.



LISBOA:
N.º Officina de MANOEL SOARES
MDCCLVI
Com todas as licenças necessarias,

(Fundo Geral, n.º 773)

- 41

ser padre e membro da Companhia de Jesus, que exercera, como se sabe, forte influência sobre esse tipo de espetáculo durante a Contra-Reforma, embora os autos-de-fé estivessem formalmente sob o controle dos dominicanos (1995, 83)¹⁰.

O controle da divulgação da cultura também foi transferido da Igreja para o Estado. Tal transferência concretizou-se em 1768, mediante a criação da Real Mesa Censória, órgão responsável pelo exame dos livros em Portugal. Assim, ficou parcialmente liberada a circulação de filósofos franceses (Voltaire, Montesquieu), de romancistas ingleses (Richardson) e do livro capital para o Empirismo setecentista, *An Essay Concerning Human Understanding*, de John Locke. Todavia, permaneceram proibidos livros essenciais do pensamento ilustrado, sobretudo os que atentavam contra o espírito religioso peninsular. Embora contraditória — pela natureza da Ilustração pombalina —, a Real Mesa Censória era formada por uma admirável equipe para os padrões portugueses do tempo, constituída por eclesiásticos e um leigo: Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Padre Inácio de São Caetano, Padre Antônio Pereira de Figueiredo e os irmãos, nascidos no Brasil, Francisco de Lemos (bispo, futuro reitor da universidade) e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (advogado) (Maxwell: 1995, 93).

Nos últimos anos do papado de Clemente XIII, entre 1760 e 1769, Pombal esteve diplomaticamente desligado da Cúria de Roma, sendo certo que sempre admirou a independência da Igreja Anglicana, totalmente regulada pelo monarca. Em 1760, expulsou o núncio romano de Portugal e assumiu total controle sobre os assuntos religiosos no país (Azevedo: 1990, 235). Atualmente, alguns sim-

10. Joaquim Veríssimo Serrão, ao abordar o caso do Pe. Malagrida, explica, com extrema clareza (1996, vol. VI, 54): "A sentença condenava-o como 'herege e inventor de novos erros heréticos, convicto, feto, falso, confidente, refogante, pertinaz e profitente dos mesmos erros'. Veio a ser queimado no Rossio, a 21 de setembro de 1761, numa das derradeiras páginas do Santo Ofício" (1996, 54).

patizantes da causa jesuítica, no empenho de manter a polémica contra Pombal, acusam-no de haver tentado *protestantizar* Portugal. Se não chegou a fazê-lo, teria sido por absoluta impossibilidade política, compreensível em um país como o seu (Antunes: 1983, 11). Sabe-se, com certeza, que Pombal chegou a propor à Espanha e à França a deposição, pela força, daquele papa, caso se mantivesse favorável aos direitos dos jesuítas, como de fato se manteve até morrer, em 1769 (Leite: 1983, 47). Além disso, há o célebre caso da deposição do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, membro da primeira nobreza do país. O bispo condenara, em documento da própria diocese, a leitura dos enciclopedistas franceses. Pombal viu nisso intromissão em assuntos da Mesa Censória e destituiu o Bispo, privando-o de todos os bens e conduzindo-o a um subterrâneo, de onde saiu somente em 1777, com a morte de D. José I. Evidentemente, a autonomia do Estado pombalino não implica a *protestantização* do país. Uma prova disso talvez esteja em que, ao lado de Malagrida, foi queimado simbolicamente o estrangeirado Cavaleiro de Oliveira, justamente por, depois de sua conversão, ter ousado sugerir a D. José I a adoção do Protestantismo para Portugal. Assim como Malagrida divulgava a idéia de que o terremoto de Lisboa se explicava pelo abandono da verdadeira religião, Cavaleiro de Oliveira atribuía como causa o fato de o país adotar uma falsa religião, baseada no culto das imagens (Maxwell: 1995, 83).

A reforma da Universidade de Coimbra enquadra-se nesse mesmo espírito de renovação, sendo talvez o índice mais inequívoco da orientação ilustrada do governo pombalino. Os estatutos da nova universidade foram publicados em 1772, como parte da reforma geral do ensino no país. Em termos amplos, a maior conquista da reforma pombalina consiste na reformulação do conceito de universidade, que ficou sugerido atrás mediante a resenha das idéias do reitor Francisco de Lemos. Antes da expulsão dos jesuítas, o

20. Estatutos da Universidade de Coimbra, 1772.

ESTATUTOS
DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COMPIADOS DEBATO DA IMMEDIATA
E SUPREMA INSPECÇÃO
DE ELREI D. JOSÉ I.
NOSSO SENHOR
PELA JUSTA
DE PROVIDENCIA LITERARIA
CREADA PELO MESMO SENHOR
REI
A RESTAURAÇÃO
DAS SCIENCIAS, E ARTES LIBERAES
RESTITUINDO A TODOS SEUS DOMINIOS
ULTIMAMENTE ABANDONADOS
POR SUA MAJESTADE
NA SUA LEI DE 12 DE AGOSTO DESTA PRESENTE ANNO



LISBOA
NA REGIA OFFICINA TIPOGRAFICA
ANNO MDCCCLXXII
DE ORDEN DE SUA MAJESTADE

ensino superior funcionava sobretudo como diferenciador hierárquico, pois o diploma não conferia propriamente uma condição técnica ao bacharel, mas principalmente um estatuto de superioridade social, o que, de certa forma, se confundia com a ratificação de sua condição anterior ao ingresso na universidade. O ensino fundava-se, essencialmente, na manipulação de conceitos e no estudo de comentários aos textos de Aristóteles. Newton, Descartes, Leibniz e Locke eram ignorados pelo ensino oficial (Saraiva: 1993, 270). Os dez anos que Pombal passou em Londres e em Viena certamente o tornaram sensível aos apelos de Luís Antônio Verney, Jacob de Castro Sarmiento e Antônio Nunes Ribeiro Sanches, cujas idéias, também formadas no estrangeiro, demonstravam a urgência de um ensino renovado em Portugal. A essência dessa renovação consiste na introdução do método experimental, que sobrepõe a observação à autoridade, a razão à fé. O método experimental acarretou também a criação de duas novas faculdades na Universidade de Coimbra: a de filosofia e a de matemática, que instalaram cursos de ciências naturais, de física experimental e química. Antes da reforma, havia quatro faculdades: Teologia, Cânones, Leis e Medicina. Os velhos professores dos tempos jesuíticos foram substituídos por professores atualizados, alguns dos quais trazidos do exterior, sobretudo da Itália. Segundo orientações do reitor Francisco de Lemos, o professor universitário deveria ser ao mesmo tempo *mestre e inventor*. Não bastava transmitir noções consagradas; era necessário produzir conhecimento. Assim se entendia um saber baseado na observação e na experiência. Por isso, instalaram-se em Coimbra o Laboratório de Física, o Jardim Botânico, o Observatório Astronômico e o Teatro de Anatomia (Gomes: 1983, 240-244). Luís Antônio Verney, na duodécima carta do *Verdadeiro Método de Estudar*, não contém o riso ao se lembrar de que o estudo de anatomia em Portugal se fazia com cadáveres de carneiro, cujas partes eram examinadas duas vezes por ano (1747: vol. II, 65; 1952: vol. IV, 15). De

fato, o ensino prático de anatomia fora proibido por D. João V, em 1739.

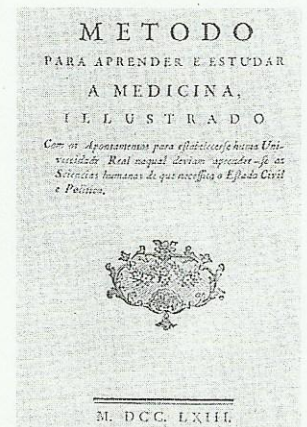
Antônio Nunes Ribeiro Sanches publicou, em 1763, o seu *Método para Aprender e Estudar a Medicina, Ilustrado com os Aposentamentos para Estabelecer-se uma Universidade Real na qual Deviam Aprender-se as Ciências Humanas de que Necessita o Estado Civil e Político*, em cuja introdução expõe idéias que justificam sua inclusão na equipe de reforma do ensino pombalino. Veja-se, em pontuação atual, um trecho que interessa ao presente ensaio (1959, 1):

Proponho a Medicina fundada na verdadeira *Física e Geometria*. Proponho o método de *saber pensar* e de enunciar-se com clareza, ordem e elegância, ornando o juízo com a *História* e com a *Geografia*, em um Reino onde até agora não se ensinaram publicamente estes conhecimentos: pelo contrário, floresceram [sic] nele somente aquela *Filosofia escolástica*, que servia de introdução para estudar esta ciência.

Esboçado no tempo de D. João V, o *Método* de Ribeiro Sanches foi redigido em atenção ao ministro de D. José I, que solicitara ao autor, então residindo em Paris, um plano para a reforma da Faculdade de Medicina. O tom dessa pequena passagem possui a força de um manifesto. Nela, a um só tempo, o autor denuncia o pensamento escolástico em Portugal e apresenta um projeto contra ele. Trata-se de um texto preciso e claro, que atinge na alma o ensino jesuítico. Não critica apenas o método dominante, baseado no idealismo das afirmações, mas também a expressão obscura decorrente dele. Daí, a proposta de uma expressão *clara, ordenada e elegante*. Pela lógica do texto, tais atributos caracterizam a expressão de quem *sabe pensar*. Este é, enfim, o estilo racional preconizado por toda a mentalidade ilustrada em Portugal, estilo muito próprio também da poesia da época. A *Arte Poética* de Francisco José Freire, cuja segunda edição foi patrocinada por Pombal



21. Antônio Nunes Ribeiro Sanches.



22. *Método para Aprender e Estudar a Medicina*, 1763.

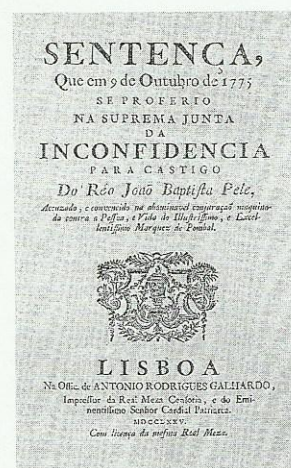
(1759), é particularmente preocupada com esses princípios (clareza, ordem, elegância), nos quais repousam o ideal de perfeição e beleza em poesia na época. Essa identidade epistemológica, que permite surpreender traços comuns entre o estilo médico e o estilo poético no Iluminismo português, pode suportar uma observação curiosa: se, por um lado, revela consonância espontânea entre dois espíritos reformadores de uma mesma época, pode, por outro, indicar que tanto Freire quanto Ribeiro Sanches se esforçaram por ajustar a expressão individual ao projeto coletivo de Pombal, marcado pela austeridade e funcionalidade, que se observa, ainda, na arquitetura da nova Lisboa. Além disso, reforça a idéia de que as Luzes procuram identificar a especificidade do discurso poético com o racionalismo e a objetividade da ciência. A citação do texto de Ribeiro Sanches ensina, também, que Pombal não só restaurou o ensino prático, como providenciou a doutrina que o fundamentasse. Da mesma forma, o ministro demonstrou preocupação quanto ao meio de obter cadáveres humanos para o estudo de anatomia, o que contrariava certos dogmas escolásticos muito arraigados no tempo. Ademais, vinculou hospitais à Universidade, dando surgimento ao que se chama hoje hospital-escola. Como se vê, o espírito científico pretendido pela reforma redefinia a noção de universidade, produzindo novas regras para a conquista do saber, com novas especialidades e novos campos. Aos olhos de hoje, essas relações parecem óbvias e necessárias; mas, na época de sua instalação, constituíam-se em laboriosa inovação, como bem acentuara o reitor Francisco de Lemos na passagem aludida anteriormente. O ápice do processo de inter-relacionamento entre os diversos setores da atividade universitária deu-se com a criação da Imprensa da Universidade, que passou a imprimir manuais de adoção obrigatória em todos os cursos. Paralelamente, proibiu-se o uso das "sebentas", que eram apontamentos manuscritos que circulavam entre os alunos durante várias gerações.

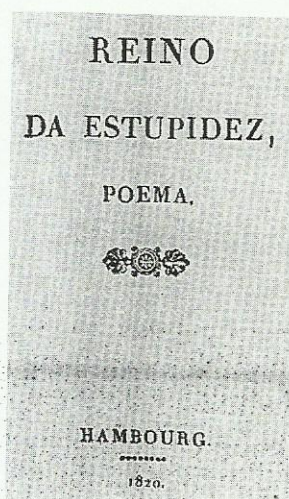
O EMPENHO DA IMAGINAÇÃO

Talvez se possa interpretar a propagação do ideário pombalino como um dos elementos mais característicos do governo ilustrado em Portugal, uma vez que implica o propósito de fortalecer o poder pela adesão integral dos súditos da Coroa, isto é, por uma ampla campanha de produção da opinião pública, que envolveu a imprensa e as artes em geral¹¹. A propagação pombalina desencadeou considerável agitação de idéias e revisão de valores, ambas compatíveis com o espírito renovador das Luzes na Europa. Essa propaganda ocasionou numerosos escritos doutrinários, pinturas, gravuras e uma vasta literatura, que ora se manifesta pelo encômio (louvor a Pombal, o líder triunfante), ora pela sátira (vitupério contra o grupo derrotado, os jesuítas). Se, em certo sentido, tal campanha serviu para incitar os ânimos adversários, que não eram poucos, não deixou de contribuir para o enriquecimento do acervo polêmico da gestão pombalina, que hoje talvez possa interessar não apenas pelo aspecto político, mas também pelo aspecto artístico, sem desconsiderar que ambos os prismas eram frases de um mesmo discurso. Em particular, interessam ao presente trabalho suas manifestações lite-

11. Escreve Jorge Borges de Macedo, em sua concisa biografia política de Pombal: "... ao contrário do que muitas vezes se supõe, a opinião pública existia durante o absolutismo e tinha capacidade para dispor de formas de interferência que, sem serem eleitorais, tinham, não obstante, eficácia suficiente, tanto para se exprimir como para se impor" (1982, 14). Nesse sentido, talvez se pudesse trabalhar com a idéia de uma possível *propaganda* pombalina, na medida em que o ministro se empenhou não só em divulgar suas medidas político-administrativas, como também em criar uma imagem emblemática de si mesmo ao executar tais medidas. Nessa acepção, o vocábulo *propaganda* associa-se ao conceito de *propagação* de um ideário ou de uma postura, como foi o caso da campanha antijesuítica desencadeada por Pombal. *Propagação* deriva do verbo *propagar*, que tem o sentido de *dilatar, ampliar* (Bluteau, 1789). O vocábulo *propaganda* já aparece em 1740, em contexto religioso (Machado, 1967). Mesmo assim, é evidente que, no século XVIII, o termo possuía uma acepção muito diferente da atual. Por essa razão, o presente ensaio prefere o vocábulo *propagação*, embora possa utilizar, por razões estilísticas, o remoto correspondente *propaganda*.

23. Sentença contra João Batista Pele, que atentou contra a vida do Marquês de Pombal em 1775.





24. *Reino da Estupidez*,
edição de Hambourg, 1820.

rárias, cuja análise necessariamente exige o resgate do discurso social do qual era não um reflexo, mas parte integrante, componente essencial, como uma oração encaixada num período gramatical.

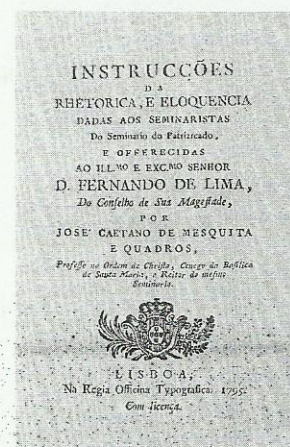
Quase todos os poetas luso-brasileiros do século XVIII participaram da propagação pombalina, dentre os quais se destacam José Basílio da Gama (*O Uruguay*, 1769), Manuel Inácio da Silva Alvarenga (*O Desertor*, 1774) e Francisco de Melo Franco (*Reino da Estupidez*, 1818)¹². Escrito após a morte de Pombal, este último poema, que circulou em manuscritos anônimos a partir de 1785 entre os estudantes de Coimbra, propicia a hipótese de que esses poetas tinham consciência de que seus escritos possuíam condições de transcender o elogio exclusivo do Marquês de Pombal e de incorporar posturas identificadas com algumas idéias importantes da Ilustração francesa e da poética setecentista portuguesa. De resto, há inúmeros argumentos para se interpretar a ascensão de Pombal não só como conquista pessoal de um político fulminante, mas também como a vitória de um ideal administrativo e de uma equipe que soube apresentar no momento certo um conjunto de soluções emergenciais para a crise do país (Macedo: 1983, 19-20). Entre a obtenção do secretariado e o título de marquês, Sebastião José levou dezenove anos. E não teve de conquistar apenas a confiança do rei, mas também a de diversos segmentos da nobreza, de altos funcionários, de magistrados e de integrantes do exército. Tudo isso envolve uma imensa rede de relações, as quais certamente não subsistiriam sem um consistente apoio político e social, que implica a facção burguesa descontente com a hegemonia da Inglaterra sobre Portugal. Mas a necessidade de apoio não parava aí. Estendia-se ainda ao universo das artes, em particular à Arcádia Lusitana, a cuja fundação Pombal presidiu em 1756, mas de cuja fidelidade sempre duvidou, pois temia que a instituição se

12. Para nota biográfica destes poetas, consultar o oitavo capítulo do presente ensaio.

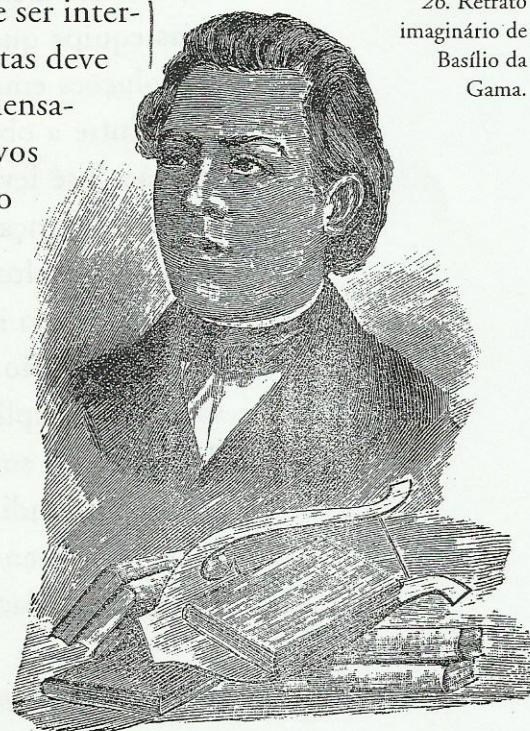
identificasse com setores da velha nobreza, a que o ministro teve de desagradar. A desconfiança de Pombal era tanta que chegou a colocar um espião entre os membros da Arcádia, José Caetano de Mesquita e Quadros, que, como protegido do ministro, escreveu as *Instruções da Retórica e Eloquência*, editadas em 1795, bem depois da morte do mecenas.

Temeroso do compromisso dos poetas portugueses com a velha nobreza, Pombal pôde dispor dos brasileiros, sem raízes em Portugal e, portanto, mais dóceis à assimilação das idéias e dos valores que então se propunham. Poderiam, com a arte, contribuir para a unidade político-administrativa do Estado. Não se trata aqui de considerar a adesão psicológica dos poetas, mas a incorporação artística das mensagens, entendidas como matéria sujeita ao condicionamento retórico da comunicação poética. Não cabe, portanto, nenhuma espécie de questão quanto ao caráter subjetivo e individual dos poetas por se manifestarem favorável ou contrariamente ao ideal pombalino. A opção poética, nesse caso, deve ser interpretada em termos retóricos, isto é, a decisão dos poetas deve ser entendida como ajuste de um caso particular (mensagem pombalina) ao esquema geral dos dispositivos retórico-poéticos do costume. Evidentemente, isso possui implicações políticas, que, nos termos da época, devem ser interpretadas pela equação: $\text{mecenato} + \text{mecenas} + \text{artista} = \text{produção artística}$. Acima de todos os componentes da fórmula, pairava a retórica antiga. Ela regulava não só o conceito e o funcionamento da poesia, mas também sua prática.

Basílio da Gama é o grande poeta pombalino, noção que se impõe desde a "Ode ao Conde da Cunha" (1769), seu primeiro texto impresso em Portugal. Basílio não só apresentaria diversas obras ao ministro, mas também dois poetas mais jovens



25. *Instruções da Retórica e Eloquência*, José Caetano de Mesquita e Quadros, 1795.



26. Retrato imaginário de Basílio da Gama.

do que ele, ambos originários do Brasil e dispostos a integrar a equipe de propagadores da Ilustração em Portugal: Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto. Isso sem contar o médico mineiro Joaquim Inácio de Seixas Brandão, que, como Alvarenga Peixoto, escreveu um dos dois sonetos pombalinos estampados no final do volume de *O Uruguay*. A partir da publicação, também em 1769, do *Epitalâmio da Excelentíssima Senhora D. Maria Amália*, Basílio da Gama incumbiu-se da formação de uma literatura pombalina em Portugal, antecipada pelo próprio Cláudio Manuel da Costa, como deixa ver uma seção das *Obras Poéticas* (1768), inteiramente dedicada ao ministro¹³. O *Tratado de Direito Natural*, de Tomás Antônio Gonzaga, inclui-se nesse tipo de produção literária, não só por confirmar as idéias regalistas de Pombal, mas também por interpretar o ministro como modelo de virtude civil e de ação política, ambas previstas pelo código iusnaturalista. A julgar por esses e outros textos, é muito clara a existência de uma equipe de brasileiros empenhada na propagação do ideal pombalino em Portugal, embora jamais se tenha desenvolvido uma linha de pesquisa nesse sentido.

Apoiado pela filosofia moral e pelo conceito de poesia setecentista, o mecenato pombalino empenhar-se-ia em imortalizar os homens dignos de imitação, princípio que se concretiza na celebração de D. José I e de seu representante imediato junto à coisa pública: Sebastião José de Carvalho e Melo. O capítulo sétimo do presente ensaio procura demonstrar a maciça participação dos poetas portugueses na construção da eternidade de Sebastião José. Dentre esses poetas contam-se os mais consagrados do período: Antônio Dinis da Cruz e Silva (Elpino Nonacriense), Pedro Antônio Correia Garção (Córidon Erimanteu), Domingos dos Reis Quita (Alcino Micênio) etc. Ressalte-se que toda essa produção

13. Ver p. 474 do presente volume.

partilha do tema e do espírito de uma convocação efetuada por outro escritor importante do Setecentismo português, Francisco José Freire, que produziu duas dedicatórias com função estratégica na formação do mecenato pombalino, conforme esclarece o segundo capítulo do presente ensaio.

Todavia, Basílio da Gama foi o primeiro poeta capaz de construir um poema longo sobre o Marquês de Pombal, incorporando sua ação numa trama bem urdida e, por isso, com possibilidades de exceder o próprio assunto. Nenhum dos portugueses conseguiu ultrapassar os limites brônzeos da ode neoclássica, com exceção talvez de Alcino Micênio, que elaborou textos mais flexíveis e insinuan-tes. Dentre todos os poetas pombalinos, Basílio foi o único capaz de conceber um texto ficcional, com fábula bem definida, em que pudesse encaixar alegoricamente a figura do então Conde de Oeiras, abrindo caminho para as futuras realizações de Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto e Francisco de Melo Franco. Além disso, *O Uruguay* apresentou a particularidade de abordar os efeitos da política do ministro na América. O Brasil sempre despertara grande interesse no espírito do administrador português, desde o tempo em que fora ministro em Londres, quando se envolveu pela primeira vez com os problemas da posse da Colônia do Sacramento. Enfim, até o surgimento de *O Uruguay*, nenhum texto fora capaz de fixar, com a vivacidade da narrativa, um empreendimento singular de Sebastião José. Todos eram unânimes em exaltar genericamente sua grandeza e poder, sem jamais insuflar vida e ação ao elogio. Apelavam inde-fectivamente para alegorias mitológicas de cuja comparação o ho-menageado saía sempre vitorioso. Já o *Epitalâmio* apresentara antes uma animização superior à média dos textos até então consagrados ao ministro. E *O Uruguay* excedia, com certeza, os limites costumei-ros do encômio, representando a história de Portugal na América, em cujo desenlace se fazia sentir a verdadeira presença das decisões do ministro.



27. Segunda edição de *O Uruguay*.

Por menos capacidade que demonstrasse o Conde de Oeiras na apreciação das artes — hipótese absurda, se se considerarem seu constante apoio aos escritores e o fato de ter sabido aferir o alcance da poesia encomiástica em sua época —, ter-lhe-ia sido quase impossível deixar de perceber que ali estava um texto capaz de imortalizar, mediante a arte (a arte de um poema narrativo), sua presença na história do povo português¹⁴. Talvez em virtude dessa convicção é que o ministro tenha livrado Basílio da Gama do dègreto para a África e o tenha tomado como secretário particular, posição em que o manteve confortavelmente até sua queda, em 1777.

Diretamente derivados do magistério poético de Basílio da Gama, *O Desertor*, de Silva Alvarenga, e o *Reino da Estupidez*, de Francisco de Melo Franco, são os segundos melhores e mais desenvolvidos textos de celebração pombalina. Silva Alvarenga teve a fortuna de ver seu poema herói-cômico impresso pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1774. Destaque-se que esse poema, em



28. Declaração do ingresso de Sebastião José na Academia Real da História Portuguesa.

14. José Veríssimo afirma que Sebastião José não teria nem sensibilidade nem inteligência para avaliar o poema de Basílio da Gama (1920, 38-39). Todavia, os informes colhidos na biografia escrita por Joaquim Veríssimo Serrão, *Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*, sugerem um homem de sólida formação cultural, tendo, inclusive, publicado textos encomiásticos na juventude, textos dos quais o biógrafo transcreve trechos e oferece dados bibliográficos (1982, 24-28). Escreve Veríssimo Serrão: "Acrece que na casa da rua Formosa [em que Sebastião José foi criado] funcionou, de 1717 e 1720, a Academia dos Ilustrados, que teve o patrocínio de seu avô e se consagrava a dissertações de filosofia e de literatura. Foi seu animador Manuel de Carvalho e Ataíde, que na sessão de 20 de Dezembro de 1717 leu as regras de história e da política segundo Aristóteles. O pequeno grêmio tinha reuniões periódicas, a que Sebastião José estaria decerto presente, dele fazendo parte figuras de nomeada, como os marqueses de Valença e de Alegrete e o conde da Ericeira" (1982, 16-17). Antônio José Saraiva é da mesma opinião que Joaquim Veríssimo Serrão; escreve em sua introdução às *Obras Completas* de Correia Garção: "[...] os homens de letras, ciências e artes eram geralmente protegidos pelo Marquês [de Pombal], a quem é impossível recusar a largueza de horizontes e a inteligência dos valores culturais" (1957, vol. I, XXV).

especial, recebe sugestões marcantes de Basílio da Gama, emulando com ele em diversos sentidos: na fluidez do ritmo, na flexibilidade do decassílabo branco, no processo caricatural das personagens, no uso moderado da mitologia clássica, na euforia pela reforma pombalina e, ainda, por inúmeros procedimentos estilísticos e imagens hauridas em *O Uruguay*, como é o caso da recorrência de alusões a elementos pitorescos da América. Além disso, Silva Alvarenga apropriou-se do modo alegórico de Basílio, que caracteriza a maneira corrente de incorporação de Pombal às artes do período. Logo na abertura de *O Deserto*, a partir do verso 33, o ministro é apreendido em sua triunfal entrada na Universidade de Coimbra, em 2 de setembro de 1772, por ocasião do início da reforma do ensino português. Veja-se o trecho, em pontuação atualizada (1774, 8-9):

Já o invicto Marquês, com régia pompa,
Da risonha Cidade avista os muros.
Já toca a larga ponte em áureo coche.
Ali, junta a brilhante Infantaria;
Ao rouco som da música guerreira,
Troveja por espaços: a Justiça,
Fecunda mãe da Paz e da abundância,
Vem a seu lado: as Filhas da Memória,
Digna, imortal coroa lhe oferecem,
Prêmio de seus trabalhos: as Ciências
Tornam com ele aos ares do Mondego;
E a Verdade, entre júbilos, o aclama
Restaurador de seu Império antigo.

A simpatia de Pombal pelos jovens brasileiros é notória e admite uma curiosa hipótese sobre a vida cultural desse círculo. Quem acompanha os esforços, morais e profissionais, de Sebastião José de Carvalho e Melo em sua luta por se nobilitar como político perante a nobreza portuguesa e também as dificuldades com

o primeiro escalão administrativo de D. João V, como foi o caso da rancorosa disputa que teve com Manuel Pereira de Sampaio, ministro português junto à Cúria Romana, quem acompanha, enfim, sua permanência em Londres e, particularmente, em Viena, pode avaliar o quanto Sebastião José necessitava de discursos que divulgassem, dignificassem e autenticassem sua escalada ao poder. Isso pode explicar, em parte, sua boa relação com os poetas brasileiros dos confins de Minas Gerais, todos jovens estudantes tomados de entusiasmo por sua política. Depois de passar por diversas decepções, apertos financeiros e desencantos que quase o levaram à renúncia da vida pública, Sebastião José veio a desposar, em Viena, a filha de uma dama de companhia de D. Maria Teresa, imperatriz do Império austro-húngaro e descendente da nobreza lusitana. Daí para frente, faria sempre questão de estender a inquestionável nobreza da mulher para os filhos, conforme deduz João Lúcio de Azevedo (1990, 48-49).

A partir desses dados, talvez fosse possível criar uma conjectura aplicada ao campo das letras. Quando, com a ascensão de D. José I, o destino de Sebastião José se definiu pelo sucesso rápido e fulminante, o futuro marquês iniciou uma tenaz campanha contra todos os que lhe dificultaram os planos enquanto subia. Logo depois, zelou para que sua figura fulgurasse em todos os setores. A proteção a poetas e artistas, certamente, fazia parte da estratégia de divulgar e manter aceso o próprio nome. Tendo tantos autores para escolher como cantor de sua nova posição, não deixa de ser intrigante que o vertiginoso político tivesse escolhido justamente um brasileiro de 28 anos e de origem mestiça, não obstante descendesse, por parte de mãe, da família de Vasco da Gama. E Sebastião José não andou mal inspirado nessa escolha, pois o jovem autor do epitalâmio à sua filha não só lhe dedicou a soberba invenção de *O Uruguay*, como também lhe apresentaria, em breve, outros jovens do Brasil, obscuros como ele, mas cujas penas lhe pareceram mais

confiáveis que as dos poetas portugueses. Repita-se que, de fato, a versatilidade desses amigos produziu textos mais persuasivos que a média dos produzidos pelos conterrâneos do futuro marquês.

→ Muito influenciada pela visão romântica, nossa historiografia sempre se orientou pela perspectiva da formação de uma literatura brasileira. Por isso, desconsiderou tanto seus vínculos com a Ilustração portuguesa quanto suas relações com o mecenato pombalino. Acresce que o próprio mecenato pombalino jamais foi admitido como tal nos estudos portugueses. Em função disso, *O Uruguay* foi sempre valorizado por sua dimensão indianista, naturista ou nativista, entendida como fator de brasilidade e estímulo nacionalista. Fecundo em diversos sentidos, esse ponto de vista atenuou e, em alguns casos, apagou o vínculo com a verdadeira matriz ideológica de produção: o pombalismo. Criou-se, inclusive, o pressuposto crítico de que os momentos de adesão ao ideário político lusitano representariam passagens de má poesia na produção dos brasileiros. Tais momentos não passariam de uma inevitável parcela prosaica no arcabouço geral das obras sobre que repousam as brilhantes pepitas que antecipam a alma nacional. A partir daí, iniciou-se, desde os primeiros românticos, um processo de desconsideração sistemática de poemas inteiros, como deixa ver a fortuna crítica de *O Desertor*. O mesmo aconteceu com passagens ou cantos de outros textos, como é o caso do canto quinto de *O Uruguay*. De fato, se aquele foi integralmente esquecido, este foi mutilado para se enquadrar no sistema de valorização dos elementos brasílicos da produção colonial. Como a óptica nacionalista se provou incompatível com a estrutura geral de *O Uruguay*, formulou-se imediatamente o mito de que o poema era mal composto. Este preceito funda-se na idéia de que há partes excrescentes à harmonia do conjunto e de que umas seqüências não se articulam devidamente com outras. Todavia, lido pela perspectiva européia, na qual o indianismo e o naturismo não passam de acessórios do louvor da ação de Pombal na América, todas as partes se integram e o canto quinto

passa a exhibir o sentido para o qual foi concebido: o de celebração da campanha antijesuítica de Pombal¹⁵.

O elogio literário de Pombal assume configuração semelhante na gravura artística, na pintura e na historiografia da época. O elogio historiográfico será examinado ainda neste capítulo. Algumas das principais gravuras e pinturas, cuja análise sistemática foi iniciada por José-Augusto França (1984, 89-100), serão retomadas em outra parte do presente ensaio. Sua relação é a seguinte: busto de Pombal, gravado por João Silvério Carpinetti para *Arte Poética* de Horácio, na importantíssima tradução de Francisco José Freire, de 1758, que, em certo sentido, inaugura o mecenato pombalino; busto anônimo de Pombal com cabelo curto e arredondado, com inscrição em francês, completamente fora do padrão estabelecido por Carpinetti; alegoria de Pombal cercado pela Sabedoria, pela Virtude, pela Fama e pelo Tempo, desenhada pelo brasileiro Antônio Fernandes Rodrigues e aberta em Paris por Setphen Fessard, por volta de 1762; gravura esférica anônima alusiva à expulsão dos jesuítas, em que o escudo de Portugal reverbera os raios do sol contra um grupo de padres espavoridos, trabalho que acompanha alguns exemplares de *O Uruguay*; quadro monumental de Louis Michel van Loo (óleo sobre tela), em que Pombal figura sentado ao lado de um modelo da Estátua Equestre de D. José I, com o braço esquerdo apresentando, ao fundo, a expulsão dos jesuítas por águas do Tejo; retrato de corpo inteiro de Pombal com papel e pena nas mãos, ladeado por uma estante de livros e uma janela aberta para paisagem com casas, atribuído a Joana do Salitre (óleo sobre tela); desenho a pena de Joaquim Carneiro da Silva, em que Pombal aparece em pé, apoiado sobre uma pilha de livros; retrato de corpo inteiro de Pombal, ladeado pelos irmãos Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo

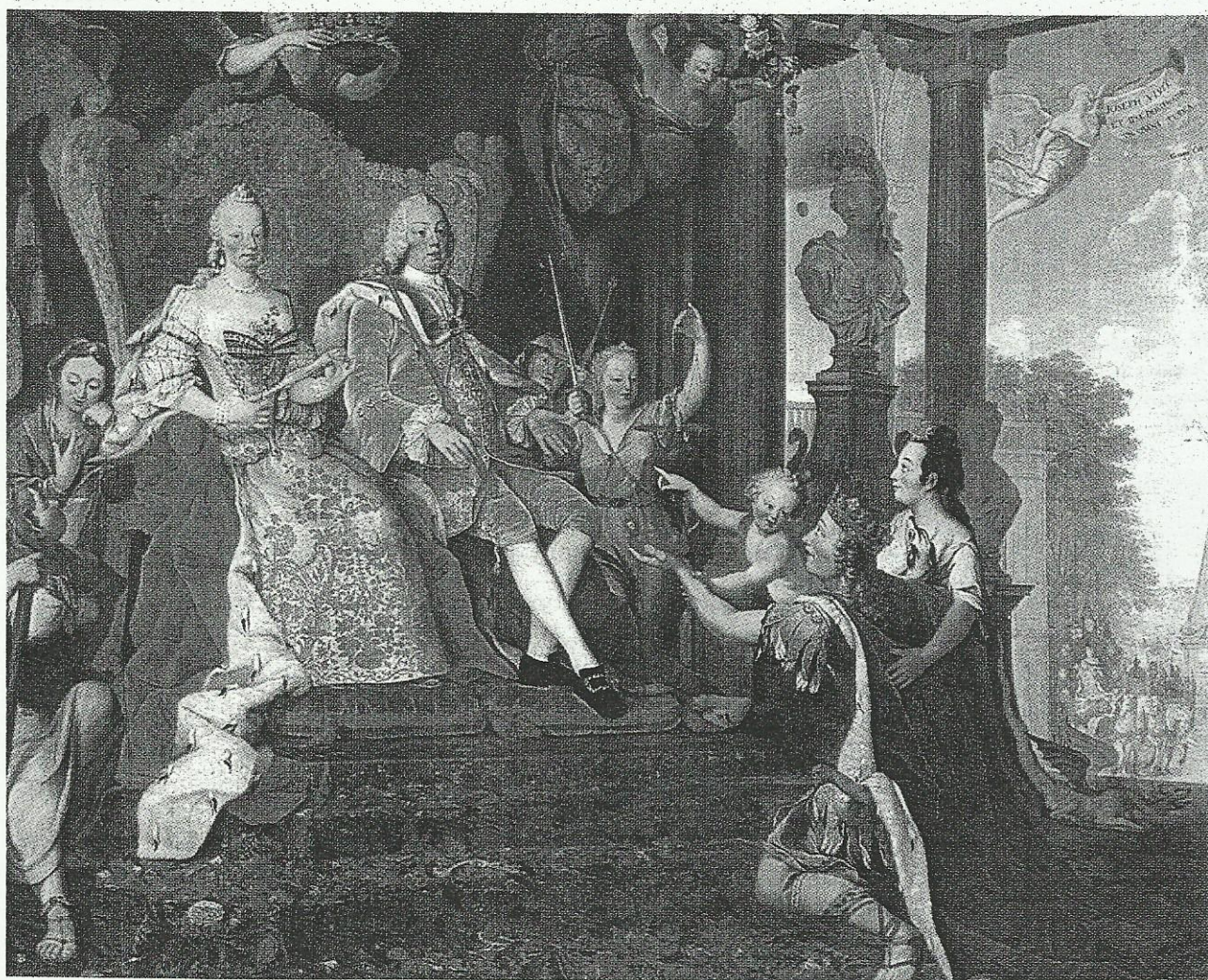
29. Marquês de Pombal.
Desenho de Joaquim
Carneiro da Silva, século
XVIII.

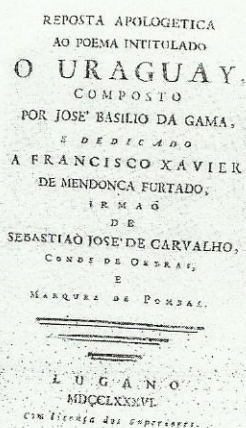


15. Esta questão, que envolve a unidade compositiva de *O Uruguay*, será retomada no oitavo capítulo do presente ensaio.

de Carvalho de Mendonça, conhecido como *Concordia Fratrum* e atribuído a Joana do Salitre (teto do Palácio de Oeiras); retrato de corpo inteiro de Pombal, com papel e pena nas mãos e espada à cintura, atribuído a João Glama Stroebel (óleo sobre tela). A esse pequeno conjunto de obras, todas reproduzidas no presente volume, deve-se acrescentar o busto em baixo-relevo do Marquês, esculpido por Joaquim Machado de Castro para a Estátua Equestre de D. José I, busto sobre o qual Basílio da Gama escreveu um soneto, comentado no capítulo seguinte deste ensaio. *O Uruguay* pertence a esse com-

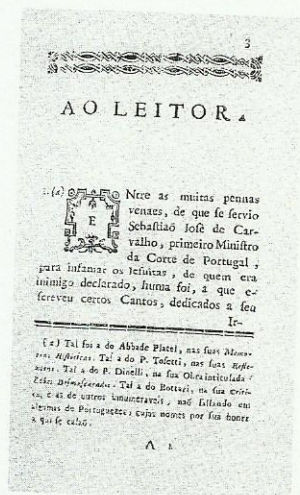
30. Alegoria da Aclamação de D. José I, atribuída a Francisco Vieira Lusitano.





31. *Reposta Apologética*, atribuída a Lourenço Kaulen, 1786.

32. Prólogo da *Reposta Apologética*.



plexo cultural, que deve ser entendido como expressão do mecenato pombalino. Reconhecer objetivamente a inserção do poema nesse discurso histórico equivale a descobrir a natureza intrínseca de sua estrutura artística. Em sua condição de jesuíta prejudicado pela política pombalina, Lourenço Kaulen, na *Reposta (sic) Apologética*, ainda em 1786, caracterizou *O Uruguay* pejorativamente como instrumento do vitupério pombalino, vendo nisso um atestado de venalidade ética e de má qualidade artística:

Entre as muitas penas venais de que se serviu Sebastião José de Carvalho, primeiro Ministro da Corte de Portugal, para infamar os Jesuítas, de quem era inimigo declarado, uma foi, a que escreveu certos Cantos [...]. Teve o Autor não sei se diga a imprudência, se a impudência, de pôr o seu nome próprio no frontispício da obra, podendo com muita razão disfarçá-lo com o fingido que tomou de Termino Sipílio [...].

Daí para cá, a crítica tem se comportado de maneira excludente: se considera as relações de *O Uruguay* com o pombalismo, é sempre para desqualificá-lo esteticamente; se reconhece qualidades artísticas no poema, desconceitua suas relações com o pombalismo, forjando um núcleo de interesse impertinente, que é o indianismo, o naturismo ou o nativismo — interpretados como antecipação do nacionalismo romântico. Em nenhum dos casos se procurou entender o poema como parte de um discurso histórico complexo. Da mesma forma, jamais houve a preocupação de caracterizar o mecenato pombalino como aspecto relevante do reinado de D. José I, embora esse período seja um dos mais estudados da história portuguesa.

Apesar dos esforços da crítica nacionalista, mais sensível à arte que possa ser entendida como a expressão de uma suposta alma brasileira no período colonial, há uma poesia europeia produzida por brasileiros no Setecentos: europeia, em sentido amplo; pombalina, em sentido restrito. Impossível negar isso. Todavia, não basta reconhecer a inclusão desses poemas no discurso da propa-

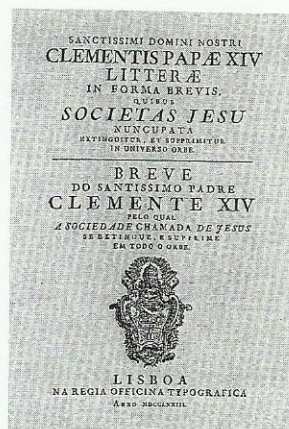
gação pombalina; é preciso considerá-los criticamente, em vez de simplesmente ignorá-los sob pretexto de que não compensam do ponto de vista estético. O conhecimento das relações históricas entre texto e discurso social realça o interesse da obra de arte, o que acabará por relativizar o juízo puramente estético, em favor do conhecimento dos mecanismos da produção de sentido artístico. A fruição, hoje, da descoberta desses mecanismos corresponde mais ou menos ao prazer estético do texto em sentido estrito, pois não passa da leitura de um outro texto, mais amplo: a história. Ela não só inclui o texto verbal propriamente dito, mas tece com ele seu próprio discurso, que envolve outras espécies de signos, que requerem leitura. E nas linhas do texto histórico em questão não há indícios de que os poetas nascidos em Minas cogitassem na valorização do Brasil como espaço privilegiado da futura nação que os românticos procurariam legitimar em seu canto. Ao contrário, é mais verossímil a idéia de que tais poetas, europeus em seus arquétipos e esquemas expressivos, entendessem o Brasil como espaço sobre o qual se estendia o domínio "iluminado" de D. José I. A se respeitarem as dimensões históricas da questão e a própria configuração verbal dos textos, seria essa a única maneira adequada de entender a inclusão do distante país no código de referências desses poetas. A presente leitura acredita que, a favor do entendimento contrário, não existem senão índices, índices anacronicamente interpretados. A postura aqui defendida funda-se na idéia de que o Brasil pode, sem perda de sua identidade, ser entendido como produto da inteligência européia. Por essa perspectiva, a poesia em questão explica-se como projeção do debate europeu, podendo ser decifrada como parte de um discurso cultural praticado na Europa, o discurso pombalino.

Todavia, antes de contar com a colaboração dos poetas brasileiros, Pombal ajustou a seu projeto dois escritores originários do reinado de D. João V, conforme se viu no início do presente capítu-

tulo: Luís Antônio Verney, de arsenal combativo e europeizante, e Francisco José Freire, de inclinação mais sistematizadora, mas igualmente europeizante. De fato, o *Verdadeiro Método de Estudar*, em que pese sua fama doutrinária, é antes um livro de combate, de crítica da cultura, do que propriamente uma obra de teoria. A *Arte Poética* de Francisco José Freire, ao contrário, contém um coeso organismo doutrinário, em que se condensam todas as questões emergentes para uma poesia que se prestasse aos novos tempos. Os fundamentos dessa aptidão em Freire, confirmada pela reforma pombalina do ensino, repousam, por um lado, no combate à poesia seiscentista, tida por obscura e associada ao luxo da corte joanina; e, por outro, no projeto de uma arte clara, simples e útil, visceralmente empenhada na veiculação das verdades do Estado, em conformidade com a filosofia moral, importante disciplina da época, de que se falará no sexto capítulo do presente ensaio.

O EMPENHO DA INTELIGÊNCIA

Logo depois da Guerra Guaranítica, Sebastião José desencadeou uma intensa e crescente campanha contra os jesuítas, que culminou com a expulsão da ordem em 1759. Revestida de nítido teor propagandístico, sua luta não cessaria senão depois de 1773, quando o papa Clemente XIV, sob pressões internacionais, encabeçadas pelo ministro português, extinguiu a Companhia de Jesus. Os principais textos da campanha antijesuítica, escritos sob direta supervisão de Sebastião José e por ele editados, são: *Relação Abreviada, Dedução Cronológica e Analítica e Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Embora completamente esquecido pelos estudos pombalinos, há um quarto livro igualmente importante, que é uma glosa e desenvolvimento dos antecedentes. Trata-se de *Ori-*

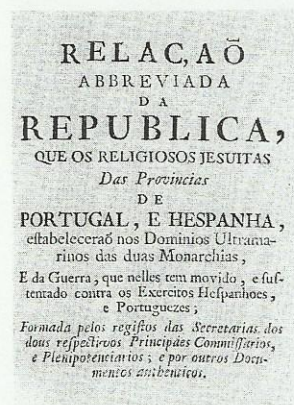


33. Breve da extinção da Companhia de Jesus, 1773.

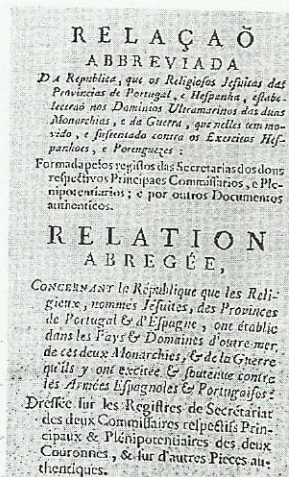
gem *Infecta da Relaxação Moral dos Denominados Jesuítas*, editado anonimamente pela Régia Oficina Tipográfica, logo após *O Uruguay*, em 1771¹⁶.

Possivelmente editada em 1757 (um ano após o término da Guerra Guaranítica), a *Relação Abreviada* consiste, basicamente, na justificação ideológica da política de Pombal contra a Companhia de Jesus. Tratava-se de desqualificá-la como instituição social, para, em seguida, iniciar os movimentos de anulação de sua legitimidade nos domínios de D. José I. O conteúdo histórico do opúsculo tem a ver com o cumprimento do Tratado de Madri, que provocara, entre 1752 e 1756, a Guerra Guaranítica, de irrelevantes conseqüências políticas para Portugal, apesar de seu elevado custo financeiro. No opúsculo, narram-se as expedições dos exércitos de Portugal e de Espanha, tanto ao sul quanto ao norte do Brasil, por ocasião da demarcação dos limites desses países em suas colônias americanas, em cumprimento dos dispositivos do Tratado de Madri, de 1750. Segundo afirmações do opúsculo, os jesuítas opuseram-se frontalmente à marcha do exército português, com o propósito de inviabilizar o cumprimento do tratado, que estabelecia o confisco das terras ocupadas pelas missões jesuíticas em ambos os extremos do Brasil. Foram indiciados como os responsáveis diretos pela guerra que então se desencadeou. De acordo com a *Relação Abreviada*, para obstar a marcha do exército, os inácianos valiam-se dos índios, como, anteriormente, com a máscara da religião, os haviam utilizado para o enriquecimento da Companhia. A *Relação Abreviada* inaugurou

16. O *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* é de 1772; a *Origem Infecta da Relaxação da Moral dos Denominados Jesuítas* é de 1771. Apesar das datas, este alude freqüentemente ao primeiro, dando a entender que foi publicado posteriormente. Aquele não alude a este. O texto das oitenta e três primeiras páginas da *Origem Infecta* reproduz boa porção do capítulo II da parte II do *Compêndio Histórico*, mais precisamente toda a unidade intitulada "O Sexto Estrago e Impedimento", que vai da página 168 a 209, correspondentes aos parágrafos 55-140. Ver o tópico "Filosofia Moral", no quarto capítulo do presente ensaio.



34. *Relação Abreviada*, [1757], uma das principais fontes históricas de *O Uruguay*.



35. *Relação Abreviada* em francês.

a história oficial da gestão pombalina. Tratando-se de um tipo de historiografia próprio dos governos autoritários, a *Relação Abreviada* foi imposta pelo Estado como a versão indiscutível dos fatos. O *Uruguay* pode, e em certo sentido deve, ser entendido como uma versão poética desse opúsculo, o que é compatível com sua condição de vitupério. A incorporação de noções consagradas pelo Estado aproxima-o também do gênero épico, conforme se pode observar em *Os Lusíadas*. Mesmo assim, a obra de Camões não pode ser tomada como um antecedente genérico de *O Uruguay*, dadas as enormes diferenças de estrutura. Basílio tomou, de fato, os informes da *Relação Abreviada* como fonte de sua narrativa, tanto para o texto poético quanto para as notas. Em ambos os casos, a conexão é imediata, mas torna-se mais explícita, e menos importante, nas notas, sobretudo no que diz respeito à transcrição de abonações documentais. O poeta transcreve diversas passagens dos documentos publicados em apêndice no final da *Relação Abreviada*. O mais citado deles são as “Instruções que os padres que governam os índios lhes deram quando marcharam para o exército, escritas na língua Guaraní e dela traduzidas fielmente na mesma forma em que foram achadas aos referidos índios”. Como ocorreu com outros textos de inspiração pombalina, a *Relação Abreviada* foi editada simultaneamente em português, italiano, francês, alemão e inglês, sendo, depois, distribuída por toda a Europa. Estima-se que tenham sido impressos cerca de vinte mil exemplares da obra (Maxwell: 1995, 20). A página de rosto da edição original não traz data nem indicação de casa impressora.

Embora bem mais ambiciosa, a *Dedução Cronológica* pode ser entendida como um desdobramento da *Relação Abreviada*. Se esta obra procura desqualificar a Companhia de Jesus por haver provocado a Guerra Guaranítica, aquela a responsabiliza por diversos outros infortúnios da história portuguesa, desde a Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, até a tentativa do regicídio de D. José I, em 1758. A obra consta de três volumes. No primeiro (1767), há um

longo e minucioso relatório cronológico da má ingerência dos jesuítas na história política de Portugal. Sua influência é delineada como manifestação de forças malévolas, quase diabólicas. Ter-se-iam infiltrado em todos os reinados, promovendo sistematicamente catástrofes nacionais, de forma sorrateira e inescrupulosa. No segundo volume (1768), promove-se a história da participação jesuítica na vida do reino português, setor em que os estragos não foram menores. Defende-se a tese da soberania absoluta do Estado e fundamenta-se a exclusão da Igreja no processo de censura intelectual no país. No terceiro volume (1768), publicam-se os documentos comprobatórios das acusações contidas no primeiro, que é o volume mais importante, pois nele se desenvolve a tese central de Sebastião José de Carvalho, a qual, em síntese, é a seguinte: antes da chegada dos jesuítas a Portugal, no reinado de D. João III, o país era próspero e saudável; depois, a vida nacional decaiu em todos os sentidos, perdendo o viço e o orgulho de outrora. Logo, a expulsão da Companhia, levada a efeito em 1759, revestia-se do empenho patriótico de restaurar o desenvolvimento e resgatar a dignidade em Portugal.

Em linhas gerais, esse é também o espírito de *O Uruguay*, que segue as diretrizes básicas do pensamento da *Dedução Cronológica*. Aliás, ela própria vem mencionada em uma das notas em prosa do poema, a propósito das supostas maquinções jesuíticas contra os portugueses no processo de resistência ante a dominação filipina sobre Portugal (Gama: 1769, 99):

Veja-se a *Dedução Cronológica*, obra que servirá de Época à restauração das Letras em Portugal, monumento de zelo e de fidelidade.

Ainda hoje há controvérsia quanto à autoria da *Dedução Cronológica*, embora o nome de José de Seabra da Silva conste como autor na página de rosto de todos os volumes. Lá está: DADA Á LUZ

36. Primeiro volume da
Dedução Cronológica, 1767,
uma das fontes históricas de
Basílio da Gama, citada com
entusiasmo em nota de
O Uruguay.

DEDUÇÃO CHRONOLOGICA, E ANALYTICA. PARTE PRIMEIRA,

NA QUAL

SE MANIFESTÃO PELA SUCCESSIVA SERIE DE CADA HUM
dos Reynados da Monarquia Portugueza, que decorrerão desde o Go-
verno do Senhor Rey D. João III. até o presente, os horrorosos
estragos, que a *Companhia* denominada de *Jesus* fez em Portugal, e
todos seus Dominios, por hum Plano, e Systema por Ella inalte-
ravelmente seguido desde que entrou neste Reyno, até que
foi d'elle proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e pro-
vidente Ley de 3. de Setembro de 1759.

DADA A' LUZ

PELO DOUTOR

JOZEPH DE SEABRA DA SYLVA
Desembargador da Casa da Supplicação, e Procurador da Coroa
DE S. Magestade,

PARA SERVIR DE INSTRUCCÃO, E FAZER PARTE DO RECURSO,
que o mesmo Ministro interpoz, e se acha pendente na REAL PRESENÇA do dito
SENHOR, sobre a indispensavel necessidade, que insta pela urgente Reparação
de algumas das mais attendiveis entre as Ruinas, cuja existência se acha de-
turpando a Authoridade Regia, e opprimindo o Publico Socego.



E M L I S B O A

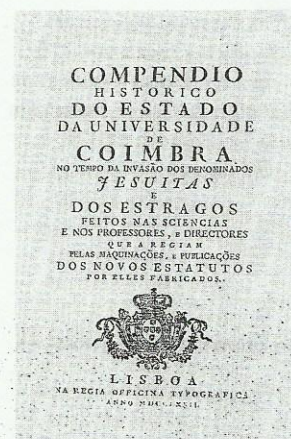
ANNO DE MDCCLXVII.

NA OFFICINA DE MIGUEL MANESCAL DA COSTA
POR ORDEM DE SUA Magestade.

/ PELO DOUTOR / JOZEPH DE SEABRA DA SYLVA / Desembargador da Casa da Supplicação, e Procurador da Coroa / DE S. Magestade.

A maioria dos historiadores julga que o verdadeiro autor é o próprio Sebastião José de Carvalho, que a teria ditado a José de Seabra, muito qualificado para isso. Quanto à autoria, não importam os detalhes. O essencial é que a obra resultou da equipe de Pombal. Isso ninguém põe em dúvida. Provém do trabalho coletivo de seu ministério, embora a diretriz seja essencialmente do ministro. Lúcio de Azevedo afirma que o próprio Luís Antônio Verney, de Roma, teria participado da redação da obra (1990, 238). Por ordem de Pombal, a *Dedução Cronológica* foi vertida para o latim, francês e italiano, tendo sido impressa em dois formatos, um dos quais de luxo, em ótimo papel. Depois, foi distribuída por toda a Europa.

O terceiro grande instrumento da campanha antijesuítica de Pombal é, viu-se acima, o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1772). Na abertura do volume, reproduz-se a carta com que D. José I criou a famosa Junta de Providência Literária, incumbida de apurar e relacionar os *estragos* produzidos pelos jesuítas na Universidade de Coimbra. Essa Junta foi criada em dezembro de 1770, sob a inspeção do Cardeal da Cunha e de Sebastião José de Carvalho e Melo, que então já possuía o título de Marquês de Pombal. Observe-se que, em rigor, essas providências eram todas de responsabilidade administrativa do próprio ministro. Observe-se, também, que o suposto autor da *Dedução Cronológica*, José de Seabra da Silva, incorporado como tema de um soneto de Basílio da Gama (comentado no seguinte capítulo do presente ensaio), fazia parte da Junta de Providência Literária, pois gozava então da proteção de Pombal. Voltando à descrição do volume, depois da carta régia sobre o estabelecimento da Junta Literária, o volume apresenta a resposta enviada pela própria Junta ao rei, esclarecendo que o levantamento solicitado fora executado e que as conclusões eram



37. *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1772.

desalentadoras. Agora, em agosto de 1771, chegava-se à conclusão de que os jesuítas haviam destruído o ensino no país. Em seguida, a carta apresenta um resumo da matéria de todo o volume, dividido em duas partes. Na primeira, apresenta-se, à maneira da *Dedução Cronológica*, um histórico da interferência dos jesuítas na Universidade, desde D. Sebastião até o momento em que Pombal os proibiu de ensinar. Na segunda parte, em três capítulos, analisam-se os diversos *estragos* provocados pelos inicianos: na teologia, na jurisprudência e na medicina. Como das duas obras anteriores, esta reveste-se de vasta erudição histórica e de contundente esquema argumentativo. A começar pela página de rosto, as conseqüências do ensino jesuítico são apresentadas em termos de *estragos*, sempre caracterizados em agressivo tom de catástrofe nacional.

Como se vê, *O Uruguay* acha-se intimamente relacionado com essas obras. Juntamente com outros aspectos da mesma época (políticos, econômicos, administrativos, artísticos), tais obras formam o que o presente ensaio tem designado como o *discurso pombalino*, no qual o poema de Basílio funciona como uma espécie de período gramatical. Tal perspectiva faculta a compreensão de seu gênero misto, assim como esclarece o funcionamento de alguns elementos de sua narrativa. Em outros termos, as variações formais do poema são, aqui, entendidas como evidências da adaptação de gêneros tradicionais, como o epidítico e o épico, aos interesses da propaganda pombalina.

